

## **1 Informações gerais**

A Positivo Informática S.A. ("Companhia"), fundada em 1989, possui um parque tecnológico de três unidades no município de Curitiba - PR, uma unidade no município de Ilhéus - BA, duas controladas diretas, uma em Manaus - AM e outra em Ilhéus-BA, e uma controlada indireta em São Paulo - SP. Em dezembro de 2010, a Companhia adquiriu o controle compartilhado da Informática Fuego S.A., na Argentina. Em fevereiro de 2011, a Companhia adquiriu o controle acionário da Crounal S.A., no Uruguai. Em abril de 2012, a Companhia adquiriu a controlada direta Portal Mundo Positivo Ltda.

Tem como atividades preponderantes a industrialização, comercialização e desenvolvimento de projetos na área de informática; industrialização, comercialização e locação de software e hardware; comercialização de equipamentos de informática, de sistemas de aplicação pedagógica e de administração escolar, planejamento e suporte técnico-pedagógico; representação, comercialização, implantação, treinamento e suporte, assistência técnica de equipamentos e de sistemas de ensino técnico, tecnológico e científico em diversas áreas e demais atividades correlatas.

Dentre os produtos fabricados e comercializados pela Companhia encontram-se: computadores de pequeno e médio porte, computadores portáteis, tablets, monitores, placas eletrônicas, mesas educacionais informatizadas, servidores, celulares, *smartphones* e softwares educacionais.

As ações da Positivo Informática S.A. são negociadas na bolsa de valores de São Paulo - BM&FBOVESPA sob observância das práticas de Governança Corporativa - Novo Mercado.

## **2 Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas**

A emissão destas demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração em 29 de outubro de 2013.

### **2.1. Base de preparação**

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas de 30 de setembro de 2013, foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e apresentam notas explicativas selecionadas, de forma a se evitar a redundância de informações já divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2012, disponibilizadas ao público em 14 de março de 2013.

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas de 30 de setembro de 2013, portanto, não incorporam todas as notas e as divulgações exigidas pelas normas contábeis para demonstrações financeiras anuais e, conseqüentemente, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas em CPC e IFRS de 31 de dezembro de 2012.

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas foram preparadas de forma consistente com as políticas contábeis divulgadas na Nota 2 das demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2012, exceto pela Nota 4 a seguir.

### **2.2. Controladas incluídas na demonstração financeira intermediária consolidada**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais de outra entidade. As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as controladas Positivo Informática da Amazônia Ltda., Positivo Informática da Bahia Ltda., Crounal S.A. e Boreo Comércio de Equipamentos Ltda..

### 3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e julgamentos contábeis críticos utilizados na preparação das presentes demonstrações financeiros intermediárias, são os mesmos descritos na Nota 3 das demonstrações financeiras anuais da Companhia de 31 de dezembro de 2012.

### 4 Mudança de prática contábil

A Companhia e suas controladas adotaram o IFRS 11/CPC 19 (R2) - "Acordos em Conjunto" em 1º de janeiro de 2013, conceituando dois tipos de classificação para acordos:

*Joint ventures* - quando as partes controlam em conjunto os ativos líquidos de um acordo, estruturado através de uma entidade a parte e os respectivos resultados desses ativos são divididos entre as partes participantes. Nesses acordos, a participação da entidade deve ser contabilizada pelo método de equivalência patrimonial e apresentado na rubrica "Investimentos".

*Joint operations* - quando as partes controlam em conjunto ativos e passivos, independentemente de estes ativos estarem em uma entidade à parte (*separate vehicle*), de acordo com os dispositivos contratuais e essência da operação. Nesses acordos, os ativos, passivos, receitas e despesas são contabilizados na entidade que participa do acordo *joint operator* na proporção de seus direitos e obrigações.

A partir de 1º de janeiro de 2013, o investimento da Companhia na Informatica Fueguina S.A., categorizado como *joint venture*, passou a não ser mais consolidado e está apresentado, portanto, na rubrica de investimentos e contabilizado pelo método da equivalência patrimonial. Essa alteração encontra-se refletida retrospectivamente nessas Demonstrações Financeiras.

Abaixo demonstramos a reconciliação dos novos saldos patrimoniais relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e nos resultados e fluxos de caixa do período findo em 30 de setembro de 2012:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31 de dezembro de 2012		
	Saldo original desconsiderando alterações do IFRS 11 (CPC 19R2)	Efeito das alterações	Saldo considerando alterações do IFRS 11 (CPC 19R2)
<b>ATIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	116.020	(5.972)	110.048
Contas a receber	589.502	(27.262)	562.240
Estoques	624.588	(44.950)	579.638
Partes relacionadas	7.216	1.890	9.106
Impostos a recuperar	68.767	(2.255)	66.512
Adiantamentos diversos	29.401	-	29.401
Outros créditos	28.664	(1.627)	27.037
	<u>1.464.158</u>	<u>(80.176)</u>	<u>1.383.982</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Impostos a recuperar	78.288	-	78.288
Tributos diferidos	71.173	-	71.173
Outros créditos	13.947	(755)	13.192
	<u>163.408</u>	<u>(755)</u>	<u>162.653</u>
 Investimento em empreendimento controlado em conjunto ("joint venture")	 -	 39.964	 39.964
Imobilizado	85.467	(10.303)	75.164
Intangível	102.399	-	102.399
	<u>187.866</u>	<u>29.661</u>	<u>217.527</u>
 <b>TOTAL ATIVO</b>	 <u><b>1.815.432</b></u>	 <u><b>(51.270)</b></u>	 <u><b>1.764.162</b></u>

<b>Consolidado (IFRS e BR GAAP)</b>			
<b>31 de dezembro de 2012</b>			
	<b>Saldo original desconsiderando alterações do IFRS 11 (CPC 19R2)</b>	<b>Efeito das alterações</b>	<b>Saldo considerando alterações do IFRS 11 (CPC 19R2)</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	416.577	(34.275)	382.302
Empréstimos - terceiros	399.511	(2.090)	397.421
Instrumentos financeiros derivativos	7.465	-	7.465
Salários e encargos a pagar	39.615	(1.282)	38.333
Provisões	123.071	(5.129)	117.942
Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	4.992	-	4.992
Tributos a recolher	16.313	(1.597)	14.716
Dividendos a pagar	7.548	-	7.548
Receita diferida	30.273	-	30.273
Partes relacionadas	3.698	(2.700)	998
Outras contas a pagar	8.433	(4.197)	4.236
	<u>1.057.496</u>	<u>(51.270)</u>	<u>1.006.226</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<u>117.904</u>	<u>-</u>	<u>117.904</u>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<u>640.032</u>	<u>-</u>	<u>640.032</u>
<b>TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<u><b>1.815.432</b></u>	<u><b>(51.270)</b></u>	<u><b>1.764.162</b></u>
<b>Consolidado (IFRS e BR GAAP)</b>			
<b>Nove meses findos em 30 de setembro de 2012</b>			
	<b>Saldo original desconsiderando alterações do IFRS 11 (CPC 19R2)</b>	<b>Efeito das alterações</b>	<b>Saldo considerando alterações do IFRS 11 (CPC 19R2)</b>
<b>RESULTADO</b>			
<b>RECEITA</b>	<b>1.512.823</b>	<b>(59.765)</b>	<b>1.453.058</b>
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	(1.141.308)	45.468	(1.095.840)
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>371.515</b>	<b>(14.297)</b>	<b>357.218</b>
Despesas com vendas	(263.104)	3.103	(260.001)
Despesas gerais e administrativas	(69.026)	913	(68.113)
Outras receitas operacionais líquidas	658	1	659
Resultado da equivalência patrimonial	-	9.414	9.414
	<u>(331.472)</u>	<u>13.431</u>	<u>(318.041)</u>
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>40.043</b>	<b>(866)</b>	<b>39.177</b>
Receitas financeiras	29.949	(2.333)	27.616
Despesas financeiras	(37.998)	3.070	(34.928)
Variação cambial líquida	<u>(11.956)</u>	<u>-</u>	<u>(11.956)</u>
	<u>(20.005)</u>	<u>737</u>	<u>(19.268)</u>
<b>LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS</b>	<b>20.038</b>	<b>(129)</b>	<b>19.909</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	793	129	922
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<u><b>20.831</b></u>	<u><b>-</b></u>	<u><b>20.831</b></u>

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	Trimestre findo em 30 de setembro de 2012		
	Saldo original desconsiderando alterações do IFRS 11 (CPC 19R2)	Efeito das alterações	Saldo considerando alterações do IFRS 11 (CPC 19R2)
<b>RESULTADO</b>			
<b>RECEITA</b>	<b>530.380</b>	<b>(22.938)</b>	<b>507.442</b>
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	(410.412)	18.069	(392.343)
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>119.968</b>	<b>(4.869)</b>	<b>115.099</b>
Despesas com vendas	(83.553)	864	(82.689)
Despesas gerais e administrativas	(22.472)	265	(22.207)
Outras receitas operacionais líquidas	387	2	389
Resultado da equivalência patrimonial	-	2.622	2.622
	(105.638)	3.753	(101.885)
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>14.330</b>	<b>(1.116)</b>	<b>13.214</b>
Receitas financeiras	8.725	(722)	8.003
Despesas financeiras	(15.767)	1.776	(13.991)
Variação cambial líquida	312	-	312
	(6.730)	1.054	(5.676)
<b>LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS</b>	<b>7.600</b>	<b>(62)</b>	<b>7.538</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(62)	62	-
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>7.538</b>	<b>-</b>	<b>7.538</b>

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	Nove meses findos em 30 de setembro de 2012		
	Saldo original desconsiderando alterações do IFRS 11 (CPC 19R2)	Efeito das alterações	Saldo considerando alterações do IFRS 11 (CPC 19R2)
<b>FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO</b>			
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do período	20.831	-	20.831
Reconciliação do lucro líquido com o caixa obtido (aplicado) nas operações:			
Depreciação e amortização	25.525	(591)	24.934
Equivalência patrimonial	-	(9.414)	(9.414)
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	7.673	-	7.673
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.736	-	1.736
Provisão (reversão) para estoques, liquida	(38.239)	-	(38.239)
Encargos sobre empréstimos	11.533	-	11.533
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(793)	-	(793)
	<b>28.266</b>	<b>(10.005)</b>	<b>18.261</b>
(Aumento) diminuição de ativos:			
Contas a receber	53.074	(717)	52.357
Estoques	(155.755)	(3.434)	(159.189)
Impostos a recuperar	(35.138)	(108)	(35.246)
Adiantamentos diversos	2.607	-	2.607
Outros créditos	16.235	8.447	24.682
Aumento (diminuição) de passivos:			
Fornecedores	120.087	4.726	124.813
Contas a pagar e provisões	(23.153)	(1.085)	(24.238)
Obrigações tributárias	(9.681)	98	(9.583)
Outras contas a pagar	15.055	(3.862)	11.193
	<b>(16.669)</b>	<b>4.065</b>	<b>(12.604)</b>
<b>Caixa líquido obtido das (aplicado nas) atividades operacionais</b>	<b>11.597</b>	<b>(5.940)</b>	<b>5.657</b>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisição de imobilizado	(23.908)	4.883	(19.025)
Aumento do intangível	(26.468)	-	(26.468)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(50.376)</b>	<b>4.883</b>	<b>(45.493)</b>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de empréstimos	403.700	(2.215)	401.485
Captação de empréstimos junto ao BNDES	2.205	-	2.205
Amortização de empréstimos	(454.848)	-	(454.848)
Pagamento de juros sobre empréstimos	(9.507)	-	(9.507)
<b>Caixa líquido obtido das (aplicado nas) atividades de financiamento</b>	<b>(58.450)</b>	<b>(2.215)</b>	<b>(60.665)</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES NO PERÍODO</b>	<b>(97.229)</b>	<b>(3.272)</b>	<b>(100.501)</b>
Caixa e equivalentes no início do período	156.707	(4.103)	152.604
Caixa e equivalentes no final do período	59.478	(7.375)	52.103
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES NO PERÍODO</b>	<b>(97.229)</b>	<b>(3.272)</b>	<b>(100.501)</b>

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	Nove meses findos em 30 de setembro de 2012		
	Saldo original desconsiderando alterações do IFRS 11 (CPC 19R2)	Efeito das alterações	Saldo considerando alterações do IFRS 11 (CPC 19R2)
<b>Receitas</b>			
Vendas de produtos e serviços	1.670.763	(63.550)	1.607.213
Devoluções e descontos comerciais	(40.341)	1.841	(38.500)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.149)	(267)	(5.416)
Outras receitas	7.995	(6.766)	1.229
	<b>1.633.268</b>	<b>(68.742)</b>	<b>1.564.526</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>			
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.146.333)	58.135	(1.088.198)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(35.451)	(10.127)	(45.578)
Comissões	(28.104)	274	(27.830)
Marketing	(69.520)	1.329	(68.191)
	<b>(1.279.408)</b>	<b>49.611</b>	<b>(1.229.797)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>353.860</b>	<b>(19.131)</b>	<b>334.729</b>
<b>Depreciação e amortização</b>	<b>(25.525)</b>	<b>591</b>	<b>(24.934)</b>
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>328.335</b>	<b>(18.540)</b>	<b>309.795</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>			
Resultado de equivalência patrimonial	-	9.414	9.414
Receitas financeiras	29.949	(2.333)	27.616
	<b>29.949</b>	<b>7.081</b>	<b>37.030</b>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>358.284</b>	<b>(11.459)</b>	<b>346.825</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>			
<b>Pessoal</b>			
Remuneração direta	112.115	(6.445)	105.670
Benefícios	12.342	-	12.342
FGTS	9.103	-	9.103
	<b>133.560</b>	<b>(6.445)</b>	<b>127.115</b>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>			
Federais	140.950	(1.944)	139.006
Estaduais	3.049	-	3.049
Municipais	519	-	519
	<b>144.518</b>	<b>(1.944)</b>	<b>142.574</b>
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>			
Juros	37.998	(3.070)	34.928
Aluguéis	9.421	-	9.421
Variação cambial	11.956	-	11.956
	<b>59.375</b>	<b>(3.070)</b>	<b>56.305</b>
<b>Remuneração de capitais próprios</b>			
Lucros (prejuízos) retidos	20.831	-	20.831
	<b>20.831</b>	<b>-</b>	<b>20.831</b>
<b>Valor adicionado total distribuído</b>	<b>358.284</b>	<b>(11.459)</b>	<b>346.825</b>

## 5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2013	31/12/2012	30/9/2013	31/12/2012
Bancos	17.627	26.815	22.824	30.150
Aplicações financeiras atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI	144.817	79.897	144.817	79.898
	<b>162.444</b>	<b>106.712</b>	<b>167.641</b>	<b>110.048</b>

Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, as aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um valor conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O rendimento médio está divulgado na Nota 29 (c).

## 6 Contas a receber

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2013	31/12/2012	30/9/2013	31/12/2012
A vencer	293.829	419.985	327.538	485.408
Vencidos até 30 dias	21.534	32.246	22.225	34.851
Vencidos de 31 a 60 dias	18.298	13.828	18.298	14.435
Vencidos de 61 a 90 dias	7.201	2.973	7.069	3.111
Vencidos de 91 a 180 dias	10.570	11.304	11.152	11.295
Vencidos de 181 a 360 dias	9.751	7.283	9.856	7.344
Vencidos há mais de 361 dias	18.420	20.093	18.707	20.489
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(14.574)	(11.848)	(14.753)	(11.868)
(-) Ajuste a valor presente	(2.060)	(2.171)	(2.823)	(2.825)
	<b>362.969</b>	<b>493.693</b>	<b>397.269</b>	<b>562.240</b>

Os valores justos das contas a receber de clientes se aproximam dos saldos apresentados acima.

Os saldos vencidos referem-se substancialmente à venda de mercadorias a órgãos públicos, cujo recebimento depende de processo interno de aprovação de pagamento pelos referidos órgãos. Historicamente, essa situação de atraso no processo de pagamento é uma característica normal nesse segmento de vendas, previsto pela Administração dentro de sua estratégia de negócios, e não trouxe perdas relevantes para a Companhia. Portanto, os saldos vencidos ainda não representam neste momento nenhum risco relevante de perda no recebimento desses créditos e por esse motivo, a provisão foi constituída somente para casos em que há perspectiva de perda por parte da Companhia. O montante de títulos vencidos de órgãos públicos no período findo em 30 de setembro de 2013 é de R\$ 43.080 (R\$ 34.338 em 31 de dezembro de 2012).

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia possui R\$ 1.307 referente a contratos de arrendamento mercantil financeiro, registrados no contas a receber de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2012, o montante de R\$ 5.096, dos quais R\$ 4.726 registrado no curto prazo e R\$ 370 no longo prazo.

O período médio de crédito na venda de produtos é de 60 dias, exceto determinadas vendas a órgãos públicos em que o prazo pode chegar até 180 dias.

Critério para estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa - devido à concentração das vendas em poucos clientes (os 20 maiores clientes representam cerca de 73% do montante a receber em 30 de setembro de 2013, cerca de 68% em 31 de dezembro de 2012), a Companhia avalia a necessidade de provisão para perdas com créditos substancialmente através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas históricas destes créditos. Em 30 de setembro de 2013, o saldo consolidado esta provisão totalizou R\$ 14.753 (R\$ 11.868 em 31 de dezembro de 2012).

O ajuste a valor presente das contas a receber é calculado para demonstrar o valor presente de um fluxo de caixa futuro. A Companhia considera o prazo de pagamento de cada transação a prazo, e calcula o desconto desta transação utilizando a taxa do CDI como referência.

Composição por vencimento dos valores vencidos e não incluídos na provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2013	31/12/2012	30/9/2013	31/12/2012
Até 30 dias	21.534	32.246	22.225	34.851
31 a 60 dias	18.295	13.828	18.295	14.435
61 a 90 dias	7.118	2.973	6.986	3.111
91 a 180 dias	10.570	11.304	11.152	11.295
181 a 360 dias	7.718	5.978	7.822	6.039
acima de 361 dias	5.965	9.550	6.074	9.926
	<b>71.200</b>	<b>75.879</b>	<b>72.554</b>	<b>79.657</b>

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2013	31/12/2012	30/9/2013	31/12/2012
Saldo no início do período	11.848	6.603	11.868	6.607
Constituição sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa reconhecida	2.726	5.245	2.885	5.261
	<b>14.574</b>	<b>11.848</b>	<b>14.753</b>	<b>11.868</b>

## 7 Estoques

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2013	31/12/2012	30/9/2013	31/12/2012
Materiais	370.682	352.775	407.513	369.764
Produtos acabados	157.552	136.836	179.848	146.430
Importações em andamento	51.234	72.207	53.275	79.863
Adiantamentos a fornecedores	69.068	37.648	70.952	43.414
Provisão para perdas com estoques	(58.120)	(59.508)	(59.363)	(59.833)
	<b>590.416</b>	<b>539.958</b>	<b>652.225</b>	<b>579.638</b>

A provisão para perdas com estoques é realizada com base na avaliação das matérias-primas, estoques de revendas e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda. A base principal dessa avaliação é a perspectiva de realização dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica. A Administração estima que os estoques sejam realizados em um período inferior a 12 meses. A redução dos estoques pela utilização está demonstrado na Nota 24.

## 8 Impostos a recuperar

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2013	31/12/2012	30/9/2013	31/12/2012
ICMS	103.755	82.178	103.339	82.406
COFINS	39.948	18.294	40.529	18.556
Imposto de renda	29.381	25.073	29.587	25.146
IPI	12.834	12.095	12.959	12.147
PIS	7.183	2.608	7.308	2.665
Contribuição social	2.735	1.884	2.735	1.884
Outros impostos a recuperar	2.595	2.055	2.598	1.996
	<b>198.431</b>	<b>144.187</b>	<b>199.055</b>	<b>144.800</b>
Parcela no circulante	98.154	65.900	98.777	66.512
Parcela no não circulante	100.277	78.287	100.278	78.288

### ICMS

A Companhia utiliza os seguintes benefícios de Impostos Sobre Circulação de Mercadorias - ICMS:

- Lei Estadual nº. 13.214/2001 e referendada pela Lei Estadual nº 15.542/2007, que estabelece redução para 7% na carga tributária dos produtos de informática para vendas dentro do estado;
- Decreto Estadual nº 5.375/2002, confirmado por Termo de Acordo de Regime Especial, que possibilita a utilização de crédito presumido do ICMS, resultando em carga tributária de 3% para produtos específicos comercializados pela Companhia (vigência do Artigo 3º até 31 de julho de 2011).
- Decreto Estadual nº 1922/2011 entrou em vigor a partir de 01 de agosto de 2011, revogando o Artigo 3º do Decreto Estadual nº 5.375/2002 e concede crédito presumido do ICMS equivalente ao valor devido pela saída, resultando em carga tributária de 0% para produtos específicos comercializados pela Companhia.

Como resultado da fruição dos benefícios fiscais acima mencionados, no período findo em 30 de setembro de 2013, a Companhia registrou o montante de R\$ 183.730 (R\$ 140.076 em 30 de setembro de 2012), relativo à subvenção para investimento, na conta de deduções sobre venda - Impostos sobre vendas, referente à venda de produtos industrializados e manteve o valor de R\$ 22.831 no passivo, sob a rubrica de receita diferida (R\$ 28.533 em 31 de dezembro de 2012). Este valor será apropriado ao resultado em função da amortização dos ativos relacionados e cumprimento de obrigações exigidas em contrapartida ao referido benefício fiscal, conforme previsto nas normas preconizadas no CPC 7 e divulgado na Nota 14.a. O prazo do referido benefício fiscal é indeterminado.

## IPI

O crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI deve-se à utilização do benefício fiscal previsto na Lei nº 8.248/1991, que concedeu a isenção do IPI posteriormente convertida em redução progressiva, sobre as saídas dos equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos novos, inclusive aos de automação industrial e de processamento de dados de fabricação nacional, combinado com a manutenção e a utilização do crédito do IPI, relativo às matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, empregados na industrialização dos bens. A redução progressiva dos percentuais sobre o referido imposto devido, prevista em lei, obedece ao seguinte calendário:

- . Redução de 95% (noventa e cinco por cento) do imposto devido, de 1º de janeiro de 2004 até 31 de dezembro de 2014.
- . Redução de 90% (noventa por cento) do imposto devido, de 1º de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.
- . Redução de 70% (setenta por cento) do imposto devido, de 1º de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2019, quando será extinta a redução.

Para usufruir do referido benefício, a Companhia deve investir anualmente cerca de 5% do faturamento bruto de bens e serviços de informática incentivados, em atividades de pesquisa e desenvolvimento e tecnologia de informação calculados de acordo com a Lei nº 8.248/1991 e suas alterações. A Companhia anualmente deve apresentar ao Ministério da Ciência e Tecnologia evidências de que cumpre essa exigência de investimento.

## 9 Outros créditos

	<b>Controladora (BR GAAP)</b>		<b>Consolidado (IFRS e BR GAAP)</b>	
	<b>30/9/2013</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>30/9/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
Despesas antecipadas (a)	18.269	26.417	19.017	26.417
Depósitos judiciais	13.509	10.954	13.557	11.001
Juros a apropriar	3.217	-	3.217	-
Outros	1.862	2.695	1.961	2.811
	<b>36.857</b>	<b>40.066</b>	<b>37.752</b>	<b>40.229</b>
Parcela circulante	22.884	26.965	23.688	27.037
Parcela não circulante	13.973	13.101	14.064	13.192

- (a) Em 30 de setembro de 2013 a Companhia possui créditos a serem compensados com gastos de propaganda e publicidade, no valor de R\$ 7.837 (R\$ 10.490 em 31 de dezembro de 2012), registrados na conta de despesa antecipada de propaganda. A Administração considera que a realização deverá ocorrer até 2014 e contabilizou o ajuste a valor presente sobre o saldo.



## 10 Partes relacionadas

### Transações comerciais

Controladora (BR GAAP)								
	Ativo		Passivo		Vendas e serviços		Compras e serviços	
	30/9/2013	31/12/2012	30/9/2013	31/12/2012	30/9/2013	30/9/2012	30/9/2013	30/9/2012
Circulante								
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.	923	1 (a)	-	79	1.336	9.347 (f)	42	358
Sociedade Educacional Positivo Ltda.	101	101 (a)	-	-	5	916	-	1.978 (j)
Editora Positivo Ltda.	2.011	2.482 (a)	-	- (d)	7.578	7.367 (c)	811	246 (d)
Gráfica e Editora Posigraf S.A.	140	96 (a)	-	-	75	120 (b)	193	280 (b)
Positivo Educacional Ltda.	134	20 (a)	-	-	385	-	-	-
Rosch Administração de Bens Ltda.	-	-	966	919 (e)	-	-	8.506	7.866 (e)
Positivo Informática da Bahia Ltda.	16.410	16.190 (k)	-	-	-	-	-	-
Informática Figueira S.A.	12.318	- (l)	-	-	-	-	-	-
Positivo Informática da Amazônia Ltda.	22.889	4.284 (g)	59.165	18.078 (i)	36.116	16.335 (h)	895	10.903 (i)
	<b>54.926</b>	<b>23.174</b>	<b>60.131</b>	<b>19.076</b>	<b>45.495</b>	<b>34.085</b>	<b>10.447</b>	<b>21.631</b>

  

Consolidado (IFRS e BR GAAP)								
	Ativo		Passivo		Vendas e serviços		Compras e serviços	
	30/9/2013	31/12/2012	30/9/2013	31/12/2012	30/9/2013	30/9/2012	30/9/2013	30/9/2012
Circulante								
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.	457	1 (a)	-	79	1.336	9.347 (f)	42	358
Sociedade Educacional Positivo Ltda.	101	101 (a)	-	-	5	916	-	1.978 (j)
Editora Positivo Ltda.	2.011	2.482 (a)	-	- (d)	7.578	7.367 (c)	811	246 (d)
Gráfica e Editora Posigraf S.A.	33	96 (a)	-	-	75	120 (b)	193	280 (b)
Positivo Educacional Ltda.	134	20 (a)	-	-	385	-	-	-
Rosch Administração de Bens Ltda.	-	-	965	919 (e)	-	-	8.506	7.866 (e)
Informática Figueira S.A.	26.292	6.406	-	-	55.341	22.515	-	-
	<b>29.028</b>	<b>9.106</b>	<b>965</b>	<b>998</b>	<b>64.720</b>	<b>40.265</b>	<b>9.552</b>	<b>10.728</b>

As transações entre partes relacionadas acontecem em condições de preços e prazos condizentes com os praticados no mercado.

#### (a) Venda de micro-computadores

São transações de comercialização de micro-computadores produzidos pela Companhia, que realiza vendas para todas as partes relacionadas.

#### (b) Produtos e serviços gráficos - Gráfica e Editora Posigraf S.A.

Referem-se às compras de produtos e serviços gráficos e venda de computadores e equipamentos de informática produzidos pela Companhia

#### (c) Direitos autorais - Editora Positivo Ltda.

Os direitos autorais são referentes à disponibilização, pela Positivo Informática S.A., de acessos aos sítios na internet denominados "Portal Positivo" e "Portal Aprende Brasil", aos clientes indicados pela Editora Positivo Ltda., bem como o fornecimento da matriz de CD-ROMs com conteúdos educacionais.

A Companhia disponibiliza o acesso ao "Portal Positivo" para todas as instituições conveniadas pela Editora Positivo ao Sistema Positivo de Ensino, denominado SPE, e o acesso ao "Portal Aprende Brasil" para todas as instituições conveniadas pela Editora Positivo ao Sistema de Ensino Aprende Brasil, denominado SABE.

Conforme contratos independentes, a Companhia recebe remuneração específica pelo acesso ao "Portal Positivo" no montante de R\$ 4.638 por ano, dividida em doze parcelas mensais, e pelo acesso ao "Portal Aprende Brasil" de R\$ 2.861 por ano, dividida em quatro parcelas trimestrais.

#### (d) Serviços editoriais

Referem-se à contratação de serviços editoriais, os quais são aplicados nos produtos gráficos produzidos pela Gráfica e Editora Posigraf S.A. e demais gráficas contratadas pela Companhia.

#### (e) Aluguel - Rosch Administradora de Bens Ltda.

A Companhia possui contrato de aluguel de unidades industriais com parte relacionada que expira a

cada seis anos no valor mensal de R\$ 966. O valor é reajustado anualmente, por índice previsto em contrato. Além disso, o valor é passível de repactuação, mediante a formalização de aditivo contratual em caso de ampliação das áreas construídas para aumento da capacidade produtiva e introdução de benfeitorias pela locadora.

**(f) Convênio - Centro de Estudos Superiores Positivo**

A Companhia firmou convênio com a Universidade Positivo referente ao programa de cooperação e intercâmbio científico e tecnológico, amparado pela legislação brasileira, Lei nº 11.077/2004 e Decreto nº 5.906/2006, relativa à capacitação e competitividade do setor de tecnologia da informação, abrangendo atividades de pesquisa, desenvolvimento e serviços científicos e tecnológicos, formação e treinamento de recursos humanos, absorção e transferência de tecnologias, aprimoramento e otimização do uso da infra-estrutura laboratorial.

**(g) Conta corrente - Positivo Informática da Amazônia Ltda.**

A Companhia mantém operação de conta corrente com a Positivo Informática da Amazônia Ltda., com finalidade de controlar a pluralidade de lançamentos, créditos e débitos, habituais existentes entre as partes oriundos de operações mercantis. Tal conta corrente não tem prazo previsto para liquidação.

**(h) Venda**

A Controladora realiza vendas de insumos para produção para suas controladas.

**(i) Compra**

A Controladora efetua compra de produtos acabados da controlada para posterior revenda a clientes.

**(j) Rateio de despesas**

Rateio de despesas administrativas e serviços compartilhados com a Sociedade Educacional Positivo Ltda., Gráfica e Editora Posigraf S.A. e Editora Positivo Ltda. Despesas estas relativas ao uso compartilhado do departamento de compras de materiais de expediente, departamento pessoal e departamento de informática, além de reembolso de aluguel, energia, água e telefone da sede onde funciona a área de Tecnologia Educacional. O valor do rateio é apurado pelo custo efetivo, rateado em função da utilização dos recursos disponíveis.

**(k) Conta corrente - Positivo Informática da Bahia Ltda.**

A Companhia mantém operação de conta corrente com a Positivo Informática da Bahia Ltda., com finalidade de controlar a pluralidade de lançamentos, créditos e débitos, habituais existentes entre as partes oriundos de operações mercantis. Tal conta corrente não tem prazo previsto para liquidação.

**(l) Dividendos a receber – Informática Fuego S.A.**

O montante de R\$ 12.318 refere-se aos dividendos propostos pela investida em 09 de agosto de 2013.

**(m) Remuneração da administração**

O montante reconhecido até 30 de setembro de 2013, como remuneração dos administradores, foi de R\$ 5.244 (R\$ 6.358 em 30 de setembro de 2012), referente a benefícios de curto prazo. A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2013 aprovou para o exercício de 2013, a remuneração dos administradores até o máximo de R\$ 11.500 (R\$ 11.500 no exercício de 2012).

## 11 Investimentos

Controladora (BR GAAP)				
	Saldo em 31/12/2011	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo em 30/9/2012
<b>Investimentos</b>				
Positivo Informática da Amazônia Ltda.	(a) 44.498	3.366	-	47.864
	<b>44.498</b>	<b>3.366</b>	<b>-</b>	<b>47.864</b>

### Provisão para passivo a descoberto

Positivo Informática da Bahia Ltda.	(b) (3.617)	(516)	-	(4.133)
Crounal S.A.	(c) (445)	(635)	(78)	(1.158)
	<b>(4.062)</b>	<b>(1.151)</b>	<b>(78)</b>	<b>(5.291)</b>

Controladora (BR GAAP)				
	Saldo em 31/12/2012	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo em 30/9/2013

### Investimentos

Positivo Informática da Amazônia Ltda.	(a) 52.684	8.311	-	60.995
	<b>52.684</b>	<b>8.311</b>	<b>-</b>	<b>60.995</b>

### Provisão para passivo a descoberto

Positivo Informática da Bahia Ltda.	(b) (4.266)	(220)	-	(4.486)
Crounal S.A.	(c) (1.248)	(392)	(149)	(1.789)
	<b>(5.514)</b>	<b>(612)</b>	<b>(149)</b>	<b>(6.275)</b>

## Participação em controladas

	Participação %	
	30/9/2013	31/12/2012
<b>Controladas Diretas</b>		
Positivo Informática da Amazônia Ltda.	100,00	100,00
Positivo Informática da Bahia Ltda.	100,00	100,00
Portal Mundo Positivo Ltda.	90,00	90,00
Crounal S.A.	100,00	100,00
<b>Controlada Indireta</b>		
<b>Investida da Positivo</b>		
<b>Informática da Bahia Ltda.</b>		
Boreo Comércio de Equipamentos Ltda.	100,00	100,00
<b>Investida da Positivo</b>		
<b>Informática da Amazônia Ltda.</b>		
Portal Mundo Positivo Ltda.	10,00	10,00
<b>Empreendimento controlado em conjunto</b>		
Informática Figueira S.A.	50,00	50,00

A participação da Companhia nos ativos, passivos, patrimônios líquidos e resultados nas controladas diretas e indireta, todas de capital fechado, são conforme segue:

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo)
<b>30 de setembro de 2013</b>					
Positivo Informática da Amazônia Ltda.	172.096	111.142	60.953	164.543	8.269
Positivo Informática da Bahia Ltda.	18.078	22.564	(4.486)	-	(220)
Portal Mundo Positivo Ltda.	1	-	1	-	-
Crounal S.A.	18.082	19.870	(1.788)	55.341	(392)
Boreo Comércio de Equipamentos Ltda.	423	6.381	(5.958)	-	-
<b>31 de dezembro de 2012</b>					
Positivo Informática da Amazônia Ltda.	126.245	73.561	52.684	214.012	8.186
Positivo Informática da Bahia Ltda.	18.078	22.344	(4.266)	-	(649)
Portal Mundo Positivo Ltda.	1	-	1	-	-
Crounal S.A.	26.315	27.562	(1.247)	46.808	(732)
Boreo Comércio de Equipamentos Ltda.	421	6.379	(5.958)	-	(334)

**(a) Positivo Informática da Amazônia Ltda.**

A Companhia constituiu em 06 de dezembro de 2007 a controlada direta, Positivo Informática da Amazônia Ltda., cuja operação foi iniciada em outubro de 2008, com objeto social igual ao da controladora. Todo processo decisório é centralizado e os serviços financeiros, administrativos, contábeis e de controle são realizados pela Controladora. O capital social da Positivo Informática da Amazônia Ltda. é de R\$ 8.100.

**(b) Positivo Informática da Bahia Ltda.**

Em 08 de abril de 2008 a Companhia constituiu a controlada direta Positivo Informática da Bahia Ltda., que iniciou suas atividades em 2009. Naquele exercício, esta controlada direta realizou a aquisição da Boreo Comércio de Equipamentos Ltda. O capital social da Positivo Informática da Bahia Ltda. é de R\$ 10.

**(c) Crounal S.A.**

Em fevereiro de 2011 a Companhia adquiriu a controlada direta Crounal S.A., cuja sede é em Montevideo – Uruguai e o capital social é de R\$ 1. O objeto social desta controlada é o mesmo da controladora.

**(d) Portal Mundo Positivo Ltda.**

Em 09 de abril de 2012 a Companhia, em sociedade com sua controlada Positivo Informática da Amazônia Ltda., adquiriu a empresa Portal Mundo Positivo Ltda., cujo capital social é de R\$ 1. Não houve pagamento de ágio na aquisição.

**12 Investimento em empreendimento em conjunto ("Joint Venture")**

Em 03 de dezembro de 2010, a Companhia constituiu uma *Joint Venture* com a empresa argentina BGH *Sociedad Anónima* ("BGH"), a qual terá por objeto a fabricação e a comercialização de produtos de informática (*desktops, notebooks, all-in-ones, e-books e tablets*) na Argentina e no Uruguai.

Para a constituição da *Joint Venture*, a Companhia adquiriu 50% (cinquenta por cento) do capital social da sociedade argentina Informática Fuegoína S.A., que era de titularidade direta e indireta da BGH. O valor pago na aquisição foi de R\$ 21 sem pagamento de ágio.

	Controladora (BR GAAP)			
	Saldo em 31/12/2011	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo em 30/9/2012
<b><u>Empreendimento controlado em conjunto</u></b>				
Informática Fuegoína S.A.	27.150	9.414	(148)	36.416
	<u>27.150</u>	<u>9.414</u>	<u>(148)</u>	<u>36.416</u>
	Controladora (BR GAAP)			
	Saldo em 31/12/2012	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos propostos
<b><u>Empreendimento controlado em conjunto</u></b>				Saldo em 30/9/2013
Informática Fuegoína S.A.	39.964	13.695	(2.760)	(12.318)
	<u>39.964</u>	<u>13.695</u>	<u>(2.760)</u>	<u>(12.318)</u>

Conforme descrito na Nota 4, a partir de 1º de janeiro de 2013, o investimento da Companhia na Informática Fuegoína S.A., categorizado como *joint venture*, passou a não ser mais consolidado e está apresentado, portanto, na rubrica de investimentos e contabilizado pelo método da equivalência patrimonial. A participação da Companhia no ativo, passivo, patrimônio líquido e resultado no empreendimento controlado em conjunto é conforme segue:

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro
<b>30 de setembro de 2013</b>					
Informática Fueguina S.A.	127.127	88.547	38.581	167.023	13.694
<b>31 de dezembro de 2012</b>					
Informática Fueguina S.A.	94.437	54.473	39.964	100.915	14.526

## 13 Imobilizado

Controladora (BR GAAP)					
	31/12/2011	Adições	31/12/2012	Adições	30/9/2013
<b>Custo</b>					
Máquinas e equipamentos	43.216	9.540	52.756	483	53.239
Benfeitorias s/ imóvel locado	15.420	1.939	17.359	498	17.857
Hardware	23.795	8.551	32.346	1.777	34.123
Móveis e utensílios	5.807	443	6.250	235	6.485
Instalações industriais	4.319	1.839	6.158	289	6.447
Edificações	2.000	-	2.000	-	2.000
Outros imobilizados	360	407	767	680	1.447
	<u>94.917</u>	<u>22.719</u>	<u>117.636</u>	<u>3.962</u>	<u>121.598</u>
<b>Depreciação</b>					
Máquinas e equipamentos	(10.709)	(5.072)	(15.781)	(5.656)	(21.437)
Benfeitorias s/ imóvel locado	(2.914)	(1.749)	(4.663)	(1.607)	(6.270)
Hardware	(11.697)	(6.138)	(17.835)	(5.364)	(23.199)
Móveis e utensílios	(2.243)	(854)	(3.097)	(504)	(3.601)
Instalações industriais	(1.249)	(683)	(1.932)	(789)	(2.721)
Edificações	(307)	(80)	(387)	(60)	(447)
Outros imobilizados	(1)	(4)	(5)	(3)	(8)
	<u>(29.120)</u>	<u>(14.580)</u>	<u>(43.700)</u>	<u>(13.983)</u>	<u>(57.683)</u>
<b>Valor líquido</b>	<u><b>65.797</b></u>	<u><b>8.139</b></u>	<u><b>73.936</b></u>	<u><b>(10.021)</b></u>	<u><b>63.915</b></u>

Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
	31/12/2011	Adições	31/12/2012	Adições	30/9/2013
<b>Custo</b>					
Máquinas e equipamentos	43.915	9.544	53.459	497	53.956
Benfeitorias s/ imóvel locado	15.994	1.972	17.966	510	18.476
Hardware	24.207	8.582	32.789	1.799	34.588
Móveis e utensílios	5.933	452	6.385	304	6.689
Instalações industriais	4.544	1.840	6.384	440	6.824
Edificações	2.000	-	2.000	-	2.000
Outros imobilizados	360	406	766	685	1.451
	<u>96.953</u>	<u>22.796</u>	<u>119.749</u>	<u>4.235</u>	<u>123.984</u>
<b>Depreciação</b>					
Máquinas e equipamentos	(10.919)	(5.147)	(16.066)	(5.710)	(21.776)
Benfeitorias s/ imóvel locado	(2.988)	(1.817)	(4.805)	(1.653)	(6.458)
Hardware	(11.924)	(6.229)	(18.153)	(5.431)	(23.584)
Móveis e utensílios	(2.273)	(873)	(3.146)	(529)	(3.675)
Instalações industriais	(1.318)	(706)	(2.024)	(812)	(2.836)
Edificações	(307)	(80)	(387)	(60)	(447)
Outros imobilizados	(1)	(3)	(4)	(3)	(7)
	<u>(29.730)</u>	<u>(14.855)</u>	<u>(44.585)</u>	<u>(14.198)</u>	<u>(58.783)</u>
<b>Valor líquido</b>	<u><b>67.223</b></u>	<u><b>7.941</b></u>	<u><b>75.164</b></u>	<u><b>(9.963)</b></u>	<u><b>65.201</b></u>

Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 a Companhia não possui bens do ativo imobilizado dados em garantia de empréstimos e financiamentos.

## 14 Intangível

Controladora (BR GAAP)					
	31/12/2011	Adições	31/12/2012	Adições	30/9/2013
<b>Custo</b>					
Projetos de desenvolvimento	76.945	28.795	105.740	13.679	119.419
Projetos sistema - ERP	41.453	3.446	44.899	629	45.528
Software	11.260	1.142	12.402	1.550	13.952
Licenças de uso	6.026	-	6.026	-	6.026
	<u>135.684</u>	<u>33.383</u>	<u>169.067</u>	<u>15.858</u>	<u>184.925</u>
<b>Amortização</b>					
Projetos de desenvolvimento	(38.298)	(10.530)	(48.828)	(16.176)	(65.004)
Projetos sistema - ERP	(17.645)	(8.837)	(26.482)	(6.571)	(33.053)
Software	(5.310)	(3.156)	(8.466)	(2.268)	(10.734)
Licenças de uso	(3.834)	(1.042)	(4.876)	(781)	(5.657)
	<u>(65.087)</u>	<u>(23.565)</u>	<u>(88.652)</u>	<u>(25.796)</u>	<u>(114.448)</u>
<b>Valor líquido</b>	<u><b>70.597</b></u>	<u><b>9.818</b></u>	<u><b>80.415</b></u>	<u><b>(9.938)</b></u>	<u><b>70.477</b></u>

  

Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
	31/12/2011	Adições	31/12/2012	Adições	30/9/2013
<b>Custo</b>					
Projetos de desenvolvimento	78.374	28.316	106.690	14.012	120.702
Projetos sistema - ERP	41.453	3.088	44.541	629	45.170
Software	11.302	1.142	12.444	1.550	13.994
Licenças de uso	6.026	-	6.026	-	6.026
Outros	4.442	4.604	9.046	1.288	10.334
Ágio em controlada	14.173	-	14.173	-	14.173
	<u>155.770</u>	<u>37.150</u>	<u>192.920</u>	<u>17.479</u>	<u>210.399</u>
<b>Amortização</b>					
Projetos de desenvolvimento	(38.298)	(10.888)	(49.186)	(16.500)	(65.686)
Projetos sistema - ERP	(17.645)	(8.479)	(26.124)	(6.571)	(32.695)
Software	(5.345)	(3.163)	(8.508)	(2.270)	(10.778)
Licenças de uso	(3.834)	(1.042)	(4.876)	(781)	(5.657)
Outros	(1.398)	(429)	(1.827)	(1.024)	(2.851)
	<u>(66.520)</u>	<u>(24.001)</u>	<u>(90.521)</u>	<u>(27.146)</u>	<u>(117.667)</u>
<b>Valor líquido</b>	<u><b>89.250</b></u>	<u><b>13.149</b></u>	<u><b>102.399</b></u>	<u><b>(9.667)</b></u>	<u><b>92.732</b></u>

### (a) Gastos com desenvolvimento de projetos

A Companhia se beneficia dos incentivos fiscais concedidos para os segmentos de informática e automação previstas na Lei nº 8.248/1991, conhecida como Lei da Informática, regulamentada pelo Decreto nº 792, de 23 de outubro de 1991. A referida Lei foi alterada pela Lei 10.176, de 11 de janeiro de 2001, regulamentada pelo Decreto 3.800, de 20 de abril de 2001, a qual no ano de 2004 foi novamente alterada pela Lei nº 11.077 de 30 de dezembro de 2004, regulamentado pelo Decreto 5.906/2006 de 26 de setembro de 2006.

Para fazer jus ao benefício, as empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática devem investir, anualmente, em atividades de desenvolvimento em tecnologia da informação a serem realizadas no país, percentual mínimo do seu faturamento. O cálculo do percentual mínimo a ser investido tem como base 5% do faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização de bens e serviços de informática incentivados na forma da Lei, sendo que, do faturamento bruto são deduzidos as vendas de mercadorias, os tributos correspondentes, bem como o valor das aquisições de produtos incentivados na forma da lei. Os percentuais para investimento têm sua base reduzida em 20% até 2014, complementada por redução adicional de 25% até 31 de dezembro de 2014. A obrigação de investimentos relativa ao exercício de 2013 é de R\$ 49.613. De janeiro a setembro de 2013 foram investidos R\$ 33.939 e a totalidade da obrigação, se necessário, pode ser cumprida até o primeiro trimestre de 2014. Os dispêndios são aplicados no aperfeiçoamento dos produtos existentes e no desenvolvimento de novos produtos, compreendem essencialmente: mão-de-obra direta e indireta, encargos, softwares, serviços de consultoria, materiais, infra-estrutura, viagens, e outros correlatos. A amortização do investimento foi fixada, substancialmente, em 3 anos com base no histórico de vida útil.

A amortização destes projetos foi contabilizada na conta de custo dos produtos vendidos.

## (b) Ágio

Em dezembro de 2009, a controlada Positivo Informática da Bahia Ltda. formalizou a aquisição da empresa Boreo Comércio de Equipamentos Ltda., gerando um ágio de R\$ 14.173, registrado na adquirente e fundamentado na expectativa de geração de rentabilidade futura.

O valor recuperável do ágio é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovados pela Administração e a taxa de desconto de 8,48% ao ano.

## 15 Fornecedores

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2013	31/12/2012	30/9/2013	31/12/2012
Fornecedores - mercado externo	306.995	254.225	359.158	300.823
Fornecedores - mercado interno	40.621	41.847	43.343	44.694
Direitos autorais e licenças de uso a pagar	28.952	36.225	30.916	38.896
Juros a apropriar AVP Fornecedores	(1.916)	(1.849)	(2.461)	(2.111)
	<b>374.652</b>	<b>330.448</b>	<b>430.956</b>	<b>382.302</b>

Os Direitos autorais e licenças de uso a pagar, representam obrigação pela aquisição de uso de direito de *softwares* da *Microsoft Corporation*. Tais direitos estão formalizados através de *license agreement* celebrados entre as partes e são renovados periodicamente. O prazo médio de pagamento para fornecedores é de 60 dias. O ajuste a valor presente das contas a pagar aos fornecedores é calculado para demonstrar a obrigação do fluxo de caixa futuro descontado a valor presente. A Companhia considera o prazo de pagamento de cada transação a prazo, e calcula o desconto desta transação utilizando a taxa do CDI como referência.

## 16 Empréstimos

	Taxa média	Taxa swap média	Vencimento	Garantias	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	contratual (a.a.)	em % CDI			30/9/2013	31/12/2012	30/9/2013	31/12/2012
Ao custo amortizado								
Passivo Circulante								
Capital de Giro	De 1,04% a 1,30% + VC	103,59%	De 01/10/13 a 29/10/13	Nota promissória	135.913	-	145.433	-
Capital de Giro	1,04% + VC	101,60%	De 04/11/13 a 05/11/13	Nota promissória	22.488	-	24.306	-
Capital de Giro	1,67% + VC	102,60%	08/01/2014	Nota promissória	22.316	-	22.316	-
Capital de Giro	1,55% + VC	101,10%	De 10/03/14 a 12/03/14	Nota promissória	17.541	-	17.541	-
Capital de Giro	1,61% + VC	101,43%	De 15/04/14 a 17/04/14	Nota promissória	25.260	-	25.260	-
Capital de Giro	2,71% + VC	107,80%	04/09/2014	Nota promissória	31.277	-	31.277	-
Capital de Giro	2,44%	N/A	17/01/2014	Nota promissória	-	-	8.480	-
Capital de Giro	De 0,98% a 1,43% + VC	100,29%	De 04/01/13 a 29/01/13	Nota promissória	-	130.545	-	134.817
Capital de Giro	De 0,98% a 1,35% + VC	100,85%	De 01/02/13 a 26/02/13	Nota promissória	-	209.979	-	213.874
Capital de Giro	De 2,05% a 21,75%	N/A	De 21/01/13 a 14/05/13	Nota promissória	-	-	-	9.210
Arrendamento mercantil financeiro	(a) CDI + 3,80%	N/A	36 meses	-	1.766	2.537	1.766	2.537
RNDES - FINAME	2,50%	N/A	15/01/2014	-	2.734	-	2.734	-
RNDES	(b) 4,82%	N/A	Até 15/04/2019	Carta fiança	37.560	36.983	37.560	36.983
					296.855	380.044	316.673	397.421
Passivo não circulante								
RNDES	(b) 5,43%	N/A	15/02/2016	Carta fiança	121.064	79.627	121.064	79.627
					121.064	79.627	121.064	79.627
Total de empréstimos e financiamentos					417.919	459.671	437.737	477.048

Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui linhas de financiamentos na forma de conta garantida não assegurada, revisada anualmente e com pagamento mediante solicitação no valor de R\$ 8.000. A Companhia não utilizou estas linhas de créditos.

Nos empréstimos e financiamentos da Companhia não consta nenhuma cláusula restritiva ("covenants") que esteja atrelada ao cumprimento de indicadores financeiros.

Os valores contábeis de empréstimos e financiamentos da Companhia se aproximam com seus valores de mercado, exceto linhas captadas junto ao BNDES que apresentam condições diferenciadas com relação a prazos e custos.

**(a) Arrendamento mercantil financeiro**

Proveniente de arrendamento mercantil financeiro de equipamentos e serviços conexos para utilização no projeto ERP. Os equipamentos foram registrados no ativo imobilizado da Companhia ao seu valor justo e estão sendo depreciados pelo seu uso. O contrato prevê a opção ao final do contrato de compra dos equipamentos por valor simbólico.

**(b) BNDES**

No exercício de 2010, a Companhia firmou contrato para obtenção de linhas especiais de financiamento junto ao BNDES, no montante de até R\$ 147.000, os quais serão direcionados para atividades inovadoras. O valor contábil em 30 de setembro de 2013 para esta linha de financiamento é de R\$ 88.814 e seu valor justo é de R\$ 84.968.

Durante o exercício de 2013 a Companhia aprovou a contratação de nova linha de empréstimo junto ao BNDES, no montante de até R\$ 173.093 com prazo de amortização total de 6 anos. Os recursos serão destinados majoritariamente ao plano de inovação da Companhia, com foco em atividades de pesquisa e desenvolvimento, novos produtos, convergência digital e *smartphones*. Adicionalmente, uma parte dos recursos apoiará a modernização da infraestrutura industrial e de TI da Companhia. Os recursos serão captados em tranches, de acordo com a evolução dos projetos e respectivas comprovações junto ao BNDES e possuem carência durante os primeiros 24 meses. Durante o período findo em 30 de setembro de 2013 a Companhia captou a primeira tranche no montante de R\$ 69.000.

Os vencimentos de empréstimos de longo prazo são como seguem:

Controladora (BR GAAP)	
Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
Ano	R\$ (mil)
2014	9.188
2015	48.251
2016	23.375
2017	17.250
2018	17.250
2019	5.750
<b>Total</b>	<b>121.064</b>



## 17 Provisões de curto e longo prazo

		<b>Controladora (BR GAAP)</b>		<b>Consolidado (IFRS e BR GAAP)</b>	
		<b>30/9/2013</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>30/9/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
<b>Passivo Circulante</b>					
Provisão para garantias e assistência técnica	(a)	44.131	55.090	58.530	64.660
Provisão para comissões	(c)	12.009	16.088	13.131	17.490
Provisão para VPC	(b)	2.293	2.902	11.416	14.527
Provisão para fretes		4.014	3.575	4.481	3.860
Provisão para rebate	(d)	5.333	5.608	5.460	5.608
Outras provisões		<u>3.232</u>	<u>10.512</u>	<u>6.552</u>	<u>11.797</u>
		71.012	93.775	99.570	117.942
<b>Passivo Não Circulante</b>					
Provisão para garantias e assistência técnica	(a)	<u>16.106</u>	<u>12.677</u>	<u>17.255</u>	<u>13.827</u>
		<b>87.118</b>	<b>106.452</b>	<b>116.825</b>	<b>131.769</b>

### (a) Provisão para garantias e assistência técnica

Com base no número de computadores em garantia e no prazo de cada garantia concedida sobre estas máquinas e, adicionalmente, em função do histórico recente de frequência de atendimentos por máquina e do custo médio por atendimento de assistência técnica, estimou-se o valor da provisão necessária para fazer frente à obrigação total assumida, em relação aos equipamentos em garantia nas respectivas datas base.

### (b) Provisão para VPC - Verba de Propaganda Cooperada

Os valores provisionados como verba de propaganda cooperada são calculados com base em percentuais acordados entre as partes e se trata de verbas para inserções promocionais e exposição dos produtos da Companhia. Os percentuais dessa verba são negociados individualmente com cada cliente.

### (c) Provisão para comissões

A provisão para comissões é calculada tomando-se por base o percentual individual de comissões registradas nos pedidos de vendas.

### (d) Provisão para rebate

Os valores provisionados como rebate são calculados com base em percentuais históricos e demandas adicionais, negociados individualmente com cada cliente. São verbas destinadas para reposicionamento de preço, estimulando as vendas do varejo.

## 18 Tributos a recolher

	<b>Controladora (BR GAAP)</b>		<b>Consolidado (IFRS e BR GAAP)</b>	
	<b>30/9/2013</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>30/9/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
IRRF	3.984	2.912	4.018	2.946
INSS	3.421	3.571	3.432	3.606
IPI	1.734	1.361	1.734	1.365
ICMS	1.557	1.393	1.589	1.423
COFINS	42	2.353	897	2.780
Outros impostos e contribuições	<u>326</u>	<u>2.201</u>	<u>614</u>	<u>2.596</u>
	<b>11.064</b>	<b>13.791</b>	<b>12.284</b>	<b>14.716</b>

## 19 Receita diferida

Refere-se à parcela da Subvenção para Investimento cuja obrigação de investimento não foi plenamente atendida conforme mencionado na Nota 8. Como resultado da fruição dos benefícios fiscais de ICMS no período findo em 30 de setembro de 2013, a Companhia registrou o montante no passivo, sob a rubrica de Receita Diferida. Este montante será apropriado ao resultado em função da amortização dos ativos

relacionados e cumprimento de obrigações exigidas em contrapartida ao referido benefício fiscal, conforme previsto nas normas preconizadas no CPC 7 e divulgada na Nota 14.a.

## 20 Imposto de renda e contribuição social

### (a) Diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, foram constituídos considerando as alíquotas vigentes em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 apresentando a seguinte composição:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2013	31/12/2012	30/9/2013	31/12/2012
Ativo				
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos				
Provisão para garantia	21.255	26.478	25.053	28.446
Estoques obsoletos	15.523	33.371	16.811	34.180
Contingências tributárias, trabalhistas e cíveis	11.314	8.181	11.314	8.181
Provisões obrigações trabalhistas	6.392	4.115	6.480	4.184
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5.371	4.695	5.432	4.702
Provisão para comissões	4.083	5.470	4.465	5.947
Rebate	1.813	1.907	1.915	1.907
Provisão para VPC	779	912	3.881	4.869
Ajuste a valor presente	47	2.478	121	2.604
Outras diferenças temporárias	-	21.328	-	22.160
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	273.950	179.257	279.703	181.619
Diferido não contabilizado	(264.415)	(211.687)	(272.956)	(216.083)
	76.112	76.505	82.219	82.716
Passivo				
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos				
Projetos de desenvolvimento de produtos	(15.555)	-	(16.600)	-
Diferido não contabilizado	5.344	(10.604)	5.554	(11.543)
	(10.211)	(10.604)	(11.046)	(11.543)
	<b>65.901</b>	<b>65.901</b>	<b>71.173</b>	<b>71.173</b>

O registro do crédito tributário está suportado pelos planos de negócios da Companhia, os quais consideram a ampliação das atividades comerciais que demonstra lucros tributáveis em exercícios futuros, em montantes suficientes para a realização de tais valores, além da decisão da Administração de distribuir dividendos, em níveis dos montantes distribuídos historicamente, utilizando parte da receita de subvenção para investimentos, o que irá gerar lucro tributável suficiente para compensar o referido crédito tributário diferido.

Estudos técnicos de viabilidade, apreciados e aprovados pelo Conselho de Administração, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos como definido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado que a mesma operação, cuja expectativa de realização dos créditos fiscais está representada a seguir:

Expectativa de realização	Consolidado (IFRS e BR GAAP)				
	2016	2017	2018	2019	Total
Imposto de renda	11.659	15.956	18.324	10.026	55.965
Contribuição social	4.197	5.744	6.597	3.609	20.147
<b>Total</b>	<b>15.856</b>	<b>21.700</b>	<b>24.921</b>	<b>13.635</b>	<b>76.112</b>

Anualmente a Administração reavalia o resultado efetivo desses planos de negócios na geração de lucros tributáveis e, conseqüentemente, reavalia a expectativa de realização desses créditos tributários.

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e suas controladas e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de

resultados futuros da Companhia e suas controladas.

Os tributos diferidos passivos referem-se a: (i) diferimento de contas a receber de órgãos governamentais e, (ii) incentivo fiscal introduzido pela Lei nº 10.637/2002 e posteriormente alterado pela Lei nº 11.196/2006, que possibilita a dedutibilidade dos gastos com projetos de Desenvolvimento por regime de caixa para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social. Tal incentivo é direcionado ao ramo de negócio da Companhia e refere-se aos gastos com projetos de Desenvolvimento de produtos registrados no ativo intangível. O valor dos impostos diferidos será revertido na medida em que os projetos forem amortizados.

## (b) Receita (despesa) no resultado

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro:

	Nove meses findos em			
	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2013	30/9/2012	30/9/2013	30/9/2012 Reapresentado
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	(15.359)	20.831	(15.359)	19.909
Alíquota vigente combinado	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	5.222	(7.083)	5.222	(6.769)
Exclusão subvenção para investimento	63.054	48.877	69.197	54.978
Exclusão equivalência patrimonial	2.618	1.645	2.618	85
Outras exclusões / (adições) permanentes	-	386	-	(3.212)
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias para os quais não foram constituídos impostos diferidos	(70.894)	(43.825)	(77.037)	(44.160)
<b>Receita (Despesa) contabilizada</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>922</b>

  

	Trimestres findos em			
	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2013	30/9/2012	30/9/2013	30/9/2012 Reapresentado
<b>Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	(18.875)	7.538	(18.875)	7.538
Alíquota vigente combinado	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	6.418	(2.563)	6.418	(2.563)
Exclusão subvenção para investimento	17.086	15.741	18.762	18.029
Exclusão equivalência patrimonial	1.140	1.580	1.140	41
Outras exclusões permanentes	-	60	-	(2.335)
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias para os quais não foram constituídos impostos diferidos	(24.644)	(14.818)	(26.320)	(13.172)
<b>Receita (Despesa) contabilizada</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## 21 Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

A Companhia possui contingências que estão sendo discutidas judicialmente, que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis. A administração da Companhia acredita que a solução dessas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado, que corresponde aos valores das ações consideradas como "perdas prováveis".

Referem-se basicamente à:

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	Cível	Tributária	Trabalhista	Cível	Tributária	Trabalhista
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>8.493</b>	<b>7.354</b>	<b>1.233</b>	<b>8.792</b>	<b>7.354</b>	<b>1.233</b>
Provisões reconhecidas	4.261	1.239	9.317	4.261	1.239	9.317
Reduções por pagamentos	(5.974)	(1.213)	(647)	(5.974)	(1.213)	(647)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>6.780</b>	<b>7.380</b>	<b>9.903</b>	<b>7.079</b>	<b>7.380</b>	<b>9.903</b>
Provisões reconhecidas	5.538	4.171	3.609	5.539	4.171	3.609
Reduções por pagamentos	(2.003)	(1.238)	(863)	(2.003)	(1.238)	(863)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2013</b>	<b>10.315</b>	<b>10.313</b>	<b>12.649</b>	<b>10.615</b>	<b>10.313</b>	<b>12.649</b>

O montante registrado no passivo circulante é de R\$ 8.527 (R\$ 4.992 em 31 de dezembro de 2012) e o registrado no passivo não circulante é de R\$ 24.750 (R\$ 19.071 em 31 de dezembro de 2012).

### **Cível**

Processos judiciais em que são discutidas questões de natureza comercial, cível relacionadas a reclamações de consumidores sobre produtos e serviços fornecidos pela Companhia.

### **Tributária**

Processos administrativos e judiciais envolvendo a discussão da legalidade ou constitucionalidade das exigências de impostos, taxas e contribuições de competência municipal, estadual e federal.

### **Trabalhista**

Processos judiciais em que são discutidas a relação de trabalho e a relação de emprego.

### **Perda possível**

Os valores das contingências, consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, para os quais nenhuma provisão foi constituída conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil são demonstradas conforme abaixo:

	<b>Controladora (BR GAAP)</b>	
	<b>Consolidado (IFRS e BR GAAP)</b>	
	<b>30/9/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
Tributárias		
ICMS ( a )	53.212	49.799
Outros ( b )	153.568	153.249
Trabalhista		
Empregados ( c )	217	420
Cíveis		
Órgão Público ( d )	32.441	28.206
Consumidor ( e )	824	3.654
	<b>240.262</b>	<b>235.328</b>

### **Tributárias**

#### **(a) ICMS:**

A Companhia apropria-se de crédito do ICMS sobre as operações com produtos remetidos por contribuintes localizados em áreas incentivadas para a unidade de Curitiba, nos termos dos artigos 22 e 23 do Regulamento do ICMS do Estado do Paraná, aprovado pelo decreto estadual nº 1.980/2007. A Companhia, em conjunto com os seus assessores jurídicos, entende que existem fortes argumentos jurídicos que sustentam a apropriação do crédito de acordo com a legislação regente e jurisprudência em caso de eventual questionamento pela fiscalização.

#### **(b) Tributárias - Outros:**

- (i) CIDE - Auto de infração exigindo Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico - CIDE sobre remessas de valores ao exterior a título de royalties sobre softwares, realizadas no ano de 2005.
- (ii) II e IPI - Auto de infração exigindo diferenças de Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados, decorrente da reclassificação de NCM's das importações de microprocessadores realizadas pela Companhia nos últimos cinco anos. Tal reclassificação teve origem em alteração de critério de classificação fiscal pela Receita Federal.

- (iii) II e IPI - Auto de infração exigindo diferenças de Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados, decorrente da reclassificação de NCM's das importações de telas de LCD realizadas pela filial da Companhia localizada em Ilhéus-BA, nos últimos três anos. Tal reclassificação teve origem em alteração de critério de classificação fiscal pela Receita Federal.

**(c) Trabalhistas**

Empregados: Processos judiciais em que são discutidas verbas e indenizações trabalhistas.

**(d) Cíveis**

- (i) Órgãos públicos:

Tribunal de Contas da União - TCU: Processo de Tomada de Contas no qual o TCU analisa a regularidade ou não do reequilíbrio econômico financeiro concedido pela Companhia de Correios e Telégrafos - ECT ao Consórcio Alpha, formado pela Companhia e pela Novadata Sistemas e Computadores S.A.

Ministério Público de Araras-SP: Ação de Improbidade Administrativa movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, onde se discute a legalidade de Ato Administrativo praticado pelo Prefeito Municipal de Araras-SP, relativo à aquisição de Lousas Educacionais Interativas, através de Pregão Presencial.

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE-SP: Processo de Tomada de Contas no qual o TCE-SP analisa a regularidade ou não de contrato firmado em 03/2008 com o FDE - Fundação para o Desenvolvimento da Educação, em virtude de adesão (carona) à Ata da PRODAM - Cia de Processamento de Dados do Município de São Paulo.

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE-SP: Procedimento administrativo que julgou irregular a inexigibilidade de licitação para realização do 2º contrato firmado com a Prefeitura Municipal de Paraguaçu Paulista/SP, com o escopo de adquirir mesas educacionais e demais softwares produzidos pela Companhia.

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP: Procedimento administrativo em relação à licitação para aquisição de servidores e microcomputadores entre Positivo Informática S.A. e PRODESP - Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo pela Ata de Registro de Preços nº 001/2009 .

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP: Procedimento administrativo em relação à adesão do Município de São Bernardo do Campo ao PROUCA para a aquisição de laptops educacionais da Positivo Informática S.A. para o atendimento das redes públicas de ensino nos Estados, DF e municípios.

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP: Procedimento administrativo em relação à contratação de computadores pela Fundação Casa – Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - mediante adesão à ata da PRODAM.

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP: Procedimento administrativo em relação à contratação de equipamentos portáteis denominados laptops educacionais pela Prefeitura Municipal de Cubatão/SP - mediante adesão ao Programa Um Computador por Aluno (PROUCA) do Ministério da Educação.

- (ii) Consumidor: São processos administrativos e judiciais relacionados a reclamações de consumidores sobre produtos e serviços fornecidos pela Companhia, pleiteando a substituição do produto ou a devolução dos valores pagos. No caso de processos administrativos, estes são instaurados por órgãos de defesa e proteção ao consumidor tendo por objeto a análise da existência de prática infrativa às relações de consumo, com a possibilidade de aplicação de multas nos termos do decreto 2181/97.

## 22 Patrimônio líquido

### (a) Capital social

O capital social da Companhia é de R\$ 389.000. O total de ações é de 87.800.000, sendo todas de classe ordinária, distribuídas como segue:

<b>Acionistas</b>	<b>Quantidade de ações (unidades)</b>	
	<b>30/9/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
Controladores e partes relacionadas	62.093.094	62.093.094
Não controladores, partes relacionadas e diretores	37.892	37.892
Ações em tesouraria	1.695.508	1.695.508
Ações em circulação	23.973.506	23.973.506
	<b>87.800.000</b>	<b>87.800.000</b>

Com base na Ata da Reunião de sócios, realizada em 17 de agosto de 2006, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária e de decisão de Assembleia, mediante simples deliberação do Conselho de Administração, até o limite do capital autorizado da Companhia de 4.500.000 novas ações ordinárias, sem valor nominal definido.

Os controladores diretos da Companhia são conforme segue:

<b>Controladores diretos</b>	<b>Quantidade de ações ordinárias (Em Unidades)</b>
Hélio Bruck Rotenberg	12.418.619
Ruben T.C. Formighieri	12.418.619
Cixares Líbero Vargas	12.418.618
Sofia Guimarães Von Ridder	4.139.540
Samuel Ferrari Lago	4.139.540
Paulo Fernando Ferrari Lago	4.139.540
Lucas Raduy Guimarães	4.139.539
Giem Raduy Guimarães	4.139.539
Thais Susana Ferrari Lago	4.139.539
Oriovisto Guimarães	1
	<b>62.093.094</b>

### (b) Reserva de capital

Refere-se aos incentivos fiscais detidos pela Companhia, os quais eram contabilizados nesta rubrica até 31 de dezembro de 2007. Após Lei 11.638/07, estes benefícios passaram a ser contabilizados na rubrica de Reservas de lucros.

### (c) Opção de compra concedida pelo plano de compra de ações para os empregados

Em 31 de dezembro de 2010, diretores e gerentes selecionados, bem como outros participantes designados pelo Conselho de Administração detinham 145.638 opções de compra de ações ordinárias da Companhia; 130.644 dessas opções expiraram em 31 de dezembro de 2011 e 14.994 expiraram em 31 de dezembro de 2012. No período findo em 30 de setembro de 2013 não há opções em aberto destinados a diretores e gerentes selecionados, bem como outros participantes designados pelo Conselho de Administração.

Opções de compra concedidas no âmbito do plano de opções de compra de ações para os empregados não dão direito a voto nem a dividendos. Mais detalhes sobre o plano de opção de compra de ações para funcionários estão descritos na Nota 31 destas demonstrações financeiras.

### (d) Reserva de lucros

### (i) Reservas de subvenção para incentivos fiscais

Conforme mencionado na Nota 8, os valores registrados nesta conta referem-se ao incentivo fiscal de ICMS, em conformidade com o Decreto Estadual nº 5.375/2002 (vigência do Artigo 3º até 31 de julho de 2011), e pelo Decreto Estadual nº 1922/2011 em vigor a partir de 01 de agosto de 2011. Segundo a legislação do Imposto de Renda, a Reserva de Incentivos Fiscais constituída apenas pode ser utilizada para aumento de capital, não podendo ser distribuída como dividendos, por tratar-se de um benefício do Estado à Companhia para uma atividade específica.

**(ii) Reserva legal**

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

**(e) Dividendos**

Conforme ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de março de 2008, a Companhia poderá levantar balanços semestrais ou intermediários; deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado naqueles balanços; declarar dividendos intermediários a débito da conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes naqueles balanços ou no último balanço anual; poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, sendo que os dividendos intercalares ou intermediários e os juros sobre o capital próprio deverão ser sempre imputados ao dividendo obrigatório.

**(f) Apropriação do lucro/prejuízo**

Do lucro líquido do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados. Sobre o lucro remanescente, será calculada a participação estatutária dos administradores, até o limite máximo legal, conforme previsto no artigo 152, § 1º da Lei nº 6.404/76, e a reserva legal de 5%, que não excederá 20% do capital social.

**(g) Ações em tesouraria**

A reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de maio de 2008 aprovou o plano de recompra de 600.000 ações da própria Companhia para manutenção em tesouraria e posterior alienação, sem redução de capital. O objetivo das operações autorizadas foi o de maximizar a geração de valor para os acionistas.

Para atender ao plano de opções para executivos, a Companhia possui um total de 1.695.508 ações em tesouraria, adquiridas através do programa de recompra, ao preço médio de R\$ 20,90. Considerando que as ações fossem vendidas ao preço de R\$ 3,98 em 30 de setembro de 2013, o efeito no patrimônio seria de uma perda de R\$ 28.688 (perda de R\$ 26.891 em 31 de dezembro de 2012).

**23 Receita**

A seguir, a análise da receita da Companhia nos períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012.

	Nove meses findos em			
	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2013	30/9/2012	30/9/2013	30/9/2012
Receita bruta da venda de produtos	1.726.760	1.412.696	1.930.543	1.560.972
Receita bruta de serviços prestados	49.295	46.241	49.295	46.241
	<b>1.776.055</b>	<b>1.458.937</b>	<b>1.979.838</b>	<b>1.607.213</b>

	Trimestres findos em			
	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2013	30/9/2012	30/9/2013	30/9/2012
Receita da venda de produtos	523.248	488.913	593.598	545.069
Receita de serviços prestados	17.279	15.246	17.279	15.246
	<b>540.527</b>	<b>504.159</b>	<b>610.877</b>	<b>560.315</b>

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada nas demonstrações de resultados dos períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012:

	Nove meses findos em			
	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2013	30/9/2012	30/9/2013	30/9/2012
Receita Bruta	1.776.055	1.458.937	1.979.838	1.607.213
Menos:				
Impostos sobre vendas	(305.820)	(248.585)	(335.098)	(276.433)
Subvenção para investimento	183.730	140.084	204.424	160.778
Devoluções e abatimentos	(45.707)	(37.770)	(51.738)	(38.500)
Receita líquida	<b>1.608.258</b>	<b>1.312.666</b>	<b>1.797.426</b>	<b>1.453.058</b>

	Trimestres findos em			
	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2013	30/9/2012	30/9/2013	30/9/2012
Receita Bruta	540.527	504.159	610.877	560.315
Menos:				
Impostos sobre vendas	(94.314)	(76.472)	(103.100)	(87.770)
Subvenção para investimento	56.916	44.314	63.128	53.361
Devoluções e abatimentos	(14.539)	(18.265)	(18.769)	(18.464)
Receita líquida	<b>488.590</b>	<b>453.736</b>	<b>552.136</b>	<b>507.442</b>

## 24 Despesas por natureza

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	Nove meses findos em			
	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2013	30/9/2012	30/9/2013	30/9/2012
Matérias-primas e materiais de consumo utilizados	1.201.155	920.533	1.346.799	1.029.593
Despesa com pessoal	131.046	113.312	136.777	118.559
Despesas gerais	52.130	51.968	56.506	58.259
Despesa com serviços com terceiros	32.158	35.369	34.002	36.560
Despesa com verba de propaganda cooperada	25.659	24.771	31.839	29.437
Despesa com comissões	21.392	25.887	23.898	28.174
Depreciação e amortização	35.436	24.431	36.959	24.946
Outras despesas operacionais líquidas	101.797	91.207	113.338	98.426
	<b>1.600.773</b>	<b>1.287.478</b>	<b>1.780.118</b>	<b>1.423.954</b>
Custo dos produtos vendidos	1.272.499	980.552	1.425.176	1.095.840
Despesas com vendas	257.272	242.943	279.297	260.001
Despesas gerais e administrativas	71.002	63.983	75.645	68.113
	<b>1.600.773</b>	<b>1.287.478</b>	<b>1.780.118</b>	<b>1.423.954</b>



	Trimestres findos em			
	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2013	30/9/2012	30/9/2013	30/9/2012
Matérias-primas e materiais de consumo utilizados	369.331	330.469	419.090	371.053
Despesa com pessoal	40.187	35.817	41.940	34.748
Despesas gerais	20.926	13.444	21.852	25.208
Despesa com serviços com terceiros	10.474	12.956	10.896	12.292
Despesa com verba de propaganda cooperada	6.277	6.548	7.842	8.661
Despesa com comissões	6.427	8.835	7.142	9.601
Depreciação e amortização	12.472	9.065	13.059	9.252
Outras despesas operacionais líquidas	28.543	29.411	32.421	26.424
	<b>494.637</b>	<b>446.545</b>	<b>554.242</b>	<b>497.239</b>
Custo dos produtos vendidos	391.457	349.471	443.289	392.343
Despesas com vendas	82.360	76.841	88.732	82.689
Despesas gerais e administrativas	20.820	20.233	22.221	22.207
	<b>494.637</b>	<b>446.545</b>	<b>554.242</b>	<b>497.239</b>

A depreciação dos bens do imobilizado e a amortização dos intangíveis foram segregados da seguinte forma:

	Nove meses findos em			
	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2013	30/9/2012	30/9/2013	30/9/2012
Custo dos produtos vendidos	9.718	7.187	10.164	7.642
Despesas com vendas	14.067	5.646	14.913	5.646
Despesas gerais e administrativas	11.651	11.598	11.882	11.658
	<b>35.436</b>	<b>24.431</b>	<b>36.959</b>	<b>24.946</b>

	Trimestres findos em			
	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2013	30/9/2012	30/9/2013	30/9/2012
Custo dos produtos vendidos	3.356	2.350	3.478	2.504
Despesas com vendas	5.253	2.766	5.535	2.766
Despesas gerais e administrativas	3.863	3.949	4.046	3.982
	<b>12.472</b>	<b>9.065</b>	<b>13.059</b>	<b>9.252</b>

## 25 Informações por segmento de negócios

Para gerenciar seu negócio e tomar decisões, a Companhia utiliza informações que focam nos canais de venda de produtos e serviços, que são a base na qual reporta suas informações primárias por segmento. Os principais segmentos operacionais da Companhia são: vendas ao varejo e vendas a entidades governamentais. As informações por segmento reportáveis dessas unidades estão apresentadas a seguir:

### Receita e resultados dos segmentos

	Nove meses findos em					
	Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
	30/9/2013			30/9/2012		
	Varejo	Governo	Segmentos reportáveis	Varejo	Governo	Segmentos reportáveis
Receita líquida de vendas	1.076.872	454.064	1.530.936	1.109.333	238.729	1.348.062
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(843.412)	(389.768)	(1.233.180)	(846.420)	(189.296)	(1.035.716)
Lucro bruto	233.460	64.296	297.756	262.913	49.433	312.346
Despesas operacionais	(200.326)	(59.954)	(260.280)	(233.535)	(38.439)	(271.974)
Resultado antes do resultado financeiro	33.134	4.342	37.476	29.378	10.994	40.372
Resultado financeiro líquido	(41.514)	(11.697)	(53.211)	(12.567)	(7.947)	(20.514)
Lucro antes dos efeitos tributários	(8.380)	(7.355)	(15.735)	16.811	3.047	19.858
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	-	-	-	429	47	476
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>(8.380)</b>	<b>(7.355)</b>	<b>(15.735)</b>	<b>17.240</b>	<b>3.094</b>	<b>20.334</b>

	Trimestres findos em					
	Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
	30/9/2013			30/9/2012		
	Varejo	Governo	Segmentos reportáveis	Varejo	Governo	Segmentos reportáveis
Receita líquida de vendas	320.565	135.076	455.641	336.162	128.466	464.628
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(256.463)	(121.103)	(377.566)	(273.376)	(112.031)	(385.407)
Lucro bruto	64.102	13.973	78.075	62.786	16.435	79.221
Despesas operacionais	(53.634)	(16.240)	(69.874)	(50.109)	(11.293)	(61.402)
Resultado antes do resultado financeiro	10.468	(2.267)	8.201	12.677	5.142	17.819
Resultado financeiro líquido	(21.376)	(5.888)	(27.264)	(6.214)	(3.485)	(9.699)
Lucro antes dos efeitos tributários	(10.908)	(8.155)	(19.063)	6.463	1.657	8.120
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	-	-	-	(75)	34	(41)
<b>Lucro líquido (prejuízo) do período</b>	<b>(10.908)</b>	<b>(8.155)</b>	<b>(19.063)</b>	<b>6.388</b>	<b>1.691</b>	<b>8.079</b>

A conciliação entre o total das receitas dos segmentos divulgáveis com as receitas totais da Companhia e suas controladas é como segue:

	Nove meses findos em		Trimestres findos em	
	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2013	30/9/2012	30/9/2013	30/9/2012
<b>Receita líquida de vendas</b>				
Receita líquida de vendas dos segmentos reportáveis	1.530.936	1.348.062	455.641	464.628
Receita líquida de vendas dos segmentos não reportáveis	266.490	104.996	32.949	(10.892)
	<b>1.797.426</b>	<b>1.453.058</b>	<b>488.590</b>	<b>453.736</b>

A conciliação entre o total do resultado líquido do trimestre dos segmentos divulgáveis com o resultado líquido da Companhia e suas controladas é conforme segue:

	Nove meses findos em		Trimestres findos em	
	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2013	30/9/2012	30/9/2013	30/9/2012
<b>Lucro líquido (prejuízo) do período</b>				
Lucro líquido (prejuízo) do período dos segmentos reportáveis	(15.735)	20.334	(19.063)	8.079
Lucro líquido (prejuízo) do período dos segmentos não reportáveis	376	497	188	(541)
	<b>(15.359)</b>	<b>20.831</b>	<b>(18.875)</b>	<b>7.538</b>

A receita dos segmentos apresentada anteriormente corresponde à receita gerada pelos clientes externos. As políticas contábeis para os segmentos reportáveis são as mesmas da Companhia. O lucro do segmento corresponde ao lucro auferido por cada segmento, após a alocação de todas as receitas, custos e despesas.

## (a) Receita dos principais produtos e serviços

Abertura da receita líquida por produto

Produtos	Nove meses findos em		Trimestres findos em	
	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2013	30/9/2012	30/9/2013	30/9/2012
Notebooks	928.334	831.354	284.036	310.393
Desktops	558.218	485.903	171.671	134.614
Tablets	155.288	25.989	44.231	13.929
Outros	155.586	109.812	52.198	48.506
	<b>1.797.426</b>	<b>1.453.058</b>	<b>552.136</b>	<b>507.442</b>

**(b) Ativos e passivos por segmento**

Os ativos e passivos da Companhia embora sejam destinados a alguns segmentos, não são gerenciados de maneira independente por se tratar, substancialmente, na fabricação de computadores para atender aos segmentos de vendas.

**(c) Informações geográficas**

No período findo em 30 de setembro de 2013 a Companhia e suas controladas reconheceram R\$ 55.508 de vendas no mercado externo (R\$ 23.500 no período findo em 30 de setembro de 2012). O restante das vendas ocorreu no território brasileiro.

**(d) Informações sobre principais clientes**

Dois clientes da Companhia foram responsáveis individualmente por mais de 10% da receita líquida total no período findo em 30 de setembro de 2013.

**26 Resultado financeiro**

	Nove meses findos em			
	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2013	30/9/2012	30/9/2013	30/9/2012
<b>Receitas financeiras</b>				
Ajuste a valor presente - clientes	15.415	20.290	16.777	21.799
Rendimento aplicação financeira	4.428	5.417	4.428	5.417
Outras receitas financeiras	1.650	337	1.799	400
	21.493	26.044	23.004	27.616
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros sobre empréstimos	(19.473)	(10.825)	(20.071)	(11.533)
Ajuste a valor presente - fornecedores	(17.024)	(17.268)	(18.927)	(19.150)
Desconto - pagamento antecipado	(1.760)	-	(1.760)	-
Imposto sobre operações financeiras	(900)	(760)	(900)	(760)
Outras despesas financeiras	(4.705)	(3.417)	(4.870)	(3.485)
	(43.862)	(32.270)	(46.528)	(34.928)
Total das receitas e despesas financeiras	(22.369)	(6.226)	(23.524)	(7.312)
<b>Variação cambial</b>				
Ganho na cobertura cambial	16.609	3.924	16.609	3.924
Perda na cobertura cambial	(25.052)	(7.583)	(25.052)	(7.583)
Ganho na variação cambial	33.283	24.369	37.204	26.968
Perda na variação cambial	(53.680)	(31.113)	(59.171)	(35.265)
	(28.840)	(10.403)	(30.410)	(11.956)
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(51.209)</b>	<b>(16.629)</b>	<b>(53.934)</b>	<b>(19.268)</b>

	Trimestres findos em			
	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/9/2013	30/9/2012	30/9/2013	30/9/2012
<b>Receitas financeiras</b>				
Ajuste a valor presente - clientes	4.690	6.372	5.058	6.887
Rendimento aplicação financeira	1.906	1.025	1.906	1.025
Outras receitas financeiras	163	79	205	91
	6.759	7.476	7.169	8.003
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros sobre empréstimos	(7.417)	(2.936)	(7.651)	(3.186)
Ajuste a valor presente - fornecedores	(5.860)	(7.319)	(6.710)	(8.191)
Desconto - pagamento antecipado	(922)	-	(922)	-
Imposto sobre operações financeiras	(310)	(266)	(309)	(266)
Outras despesas financeiras	(2.079)	(2.320)	(2.165)	(2.348)
	(16.588)	(12.841)	(17.757)	(13.991)
Total das receitas e despesas financeiras	(9.829)	(5.365)	(10.588)	(5.988)
<b>Variação cambial</b>				
Ganho na cobertura cambial	3.482	1.212	3.482	1.212
Perda na cobertura cambial	(17.463)	(1.064)	(17.463)	(1.064)
Ganho na variação cambial	13.832	4.343	16.509	5.028
Perda na variação cambial	(16.735)	(4.185)	(19.314)	(4.864)
	(16.884)	306	(16.786)	312
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(26.713)</b>	<b>(5.059)</b>	<b>(27.374)</b>	<b>(5.676)</b>

## 27 Seguros - Consolidado

Em 30 de setembro de 2013, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Ramo	Cobertura por eventos	Valor em risco	Vigência
Riscos Nomeados e Operacionais	Incêndio, explosão, colisão veículos e riscos diversos	277.970	01/04/2013 a 01/04/2014
Riscos Nomeados e Operacionais	Roubo e furto de bens e estoques	215.620	01/04/2013 a 01/04/2014
Responsabilidade Civil	Responsabilidade Civil - diretores e administradores	15.000	30/10/2013 a 30/10/2043
Lucros Cessantes	Vendas de computadores e prestação de serviços	2.000.000	01/10/2013 a 01/10/2014

## 28 Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	Nove meses findos em		Trimestres findos em	
	Controladora (BR GAAP)		Controladora (BR GAAP)	
	30/9/2013	30/9/2012	30/9/2013	30/9/2012
<b>Básico</b>				
Numerador básico				
Lucro líquido (prejuízo) alocado para ações ordinárias	(15.359)	20.831	(18.875)	7.538
Denominador básico				
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares)	86.104	86.104	86.104	86.104
<b>Lucro líquido (prejuízo) por ação - Básico</b>	<b>(0,1784)</b>	<b>0,2419</b>	<b>(0,2192)</b>	<b>0,0875</b>
<b>Diluído</b>				
Numerador diluído				
Lucro líquido (prejuízo) alocado para ações ordinárias	(15.359)	20.831	(18.875)	7.538
Denominador diluído				
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares)	86.104	86.104	86.104	86.104
<b>Lucro líquido (prejuízo) por ação - Básico</b>	<b>(0,1784)</b>	<b>0,2419</b>	<b>(0,2192)</b>	<b>0,0875</b>

## 29 Gestão de risco financeiro

## 29.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia gere os riscos globais, concentrando-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco, não tendo o propósito de especulação para alavancar seus resultados financeiros. As informações quantitativas para cada tipo de risco decorrente dos instrumentos financeiros estão destacadas nas seções a seguir, as quais representam as concentrações de risco que são monitoradas pela Administração da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, seguindo as diretrizes da Diretoria e do Conselho de Administração.

### (a) Risco de mercado

#### (i) Risco cambial

A Companhia atua preponderantemente no mercado doméstico, mas realiza importações de insumos do mercado externo, estando, portanto exposta ao risco cambial, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. As principais transações referem-se às contas a pagar a fornecedores estrangeiros (Nota 15) e às operações de empréstimos de capital de giro (Nota 16).

A Administração estabeleceu uma política que exige que a Companhia administre seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. A Companhia, cujas operações estão expostas ao risco cambial, é requerida a proteger suas posições via operações de *hedge*, efetuadas sob a orientação do departamento financeiro. O principal objetivo é proteger seus compromissos assumidos em dólar de oscilações nos preços futuros, de forma a proporcionar maior previsibilidade em sua operação. A Companhia pratica operações de Opções de compra de dólar e/ou também operações de NDF (*Non Deliverable Forward*), as quais possuem a finalidade de proteção contra as oscilações das taxas de câmbio, cobrindo assim, apenas a exposição cambial pelo prazo de pagamento concedido por fornecedores na compra de componentes importados. Adicionalmente a Companhia pratica operações de *Swap* com o objetivo de proteger seus empréstimos em moeda estrangeira das oscilações nos preços futuros. As principais análises feitas pelo departamento financeiro para a contratação de instrumentos financeiros derivativos são:

- A partir da análise do saldo em contas a pagar referente às importações, sejam relativos ao material já em estoque, ou do material em trânsito, os contratos derivativos são semanalmente revisados e/ou incrementados.
- O montante e tipo de modalidade a serem contratados são definidos à luz das particularidades de cada uma delas em relação à volatilidade do dólar e perspectivas futuras da economia.
- Com base na análise de sensibilidade da volatilidade do dólar versus as modalidades de *hedge* contratadas ao longo dos meses, é possível mensurar as possíveis necessidades de caixa para fazer frente aos resultados das operações de NDF.

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30 de setembro de 2013			
	Moeda estrangeira	Reais	Moeda estrangeira	Reais
<b>Passivo</b>				
Fornecedores mercado externo				
Dólares americanos	(150.649)	(335.947)	(174.921)	(390.074)
Empréstimos				
Dólares americanos	(113.934)	(264.898)	(119.013)	(284.716)
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>				
Swap - Dólares americanos	113.934	264.898	119.013	284.716
NDF's - Dólares americanos	186.293	415.433	186.293	415.433
Opções de compra - Dólares americanos	78.996	176.161	78.996	176.161
<b>Exposição Líquida 1</b>	<b>114.640</b>	<b>255.647</b>	<b>90.368</b>	<b>201.520</b>
Projetos de governo				
Dólares americanos	(113.742)	(253.645)	(113.742)	(253.645)
<b>Exposição Líquida 2</b>	<b>898</b>	<b>2.002</b>	<b>(23.374)</b>	<b>(52.125)</b>

	31 de dezembro de 2012			
	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	Moeda estrangeira	Reais	Moeda estrangeira	Reais
<b>Passivo</b>				
Fornecedores mercado externo				
Dólares americanos	(142.134)	(290.450)	(166.244)	(339.719)
Empréstimos				
Dólares americanos	(166.638)	(340.524)	(175.141)	(357.901)
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>				
Swap - Dólares americanos	166.638	340.524	175.141	357.901
NDF's - Dólares americanos	28.800	58.853	28.800	58.853
<b>Exposição Líquida 1</b>	<b>(113.334)</b>	<b>(231.597)</b>	<b>(137.444)</b>	<b>(280.866)</b>
Projetos de governo				
Dólares americanos	(202.872)	(414.569)	(202.872)	(414.569)
<b>Exposição Líquida 2</b>	<b>(316.206)</b>	<b>(646.166)</b>	<b>(340.316)</b>	<b>(695.435)</b>

Exposição líquida 1 - refere-se exposição em moeda estrangeira considerando os passivos em moeda estrangeira detidos pela Companhia, deduzido dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção destes passivos.

Exposição líquida 2 - refere-se exposição em moeda estrangeira considerando os passivos em moeda estrangeira detidos pela Companhia e os compromissos futuros decorrentes dos Projetos de Governo, deduzido dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção destes passivos. Os Projetos de Governo referem-se às licitações ganhas pela Companhia para fornecimento de computadores nos próximos meses.

Comparativamente, a exposição cambial líquida da Companhia referente à taxa de câmbio da moeda americana é menor em 30 de setembro de 2013 do que em 31 de dezembro de 2012. Esse fato se deve ao menor volume de empréstimos mantidos em dólares e uma maior contratação de instrumentos financeiros derivativos de proteção para os passivos com fornecedores do exterior. A análise de sensibilidade com os cenários projetados e os respectivos impactos no patrimônio líquido e no resultado estão apresentados no item “d” desta Nota.

## (ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo conforme Nota 16. Os empréstimos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Nas datas de 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os empréstimos da Companhia às taxas variáveis eram mantidos em reais e dólares. A análise de sensibilidade com os cenários projetados e os respectivos impactos no patrimônio líquido e no resultado estão apresentados no item “d” desta Nota.

## (b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, bem como de exposições de crédito a clientes do governo e do varejo. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente usualmente classificadas como “instituições de primeira linha”. Para os clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores, conforme detalhado na Nota 6 que traz divulgação adicional sobre o risco de crédito com clientes. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para clientes do varejo são liquidadas em dinheiro.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

**(c) Risco de liquidez**

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A Nota 16 inclui linhas de crédito não utilizadas que a Companhia tem à disposição para reduzir ainda mais o risco de liquidez.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa.

**Passivos financeiros**

Controladora (BR GAAP)					
Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
<b>30 de setembro de 2013</b>					
Fornecedores	178.803	106.121	91.628	16	376.568
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	145.416	57.818	100.424	111.001	424.722
Instrumentos financeiros derivativos	6.672	3.960	3.419	1	14.052
Partes relacionadas	-	60.131	-	-	60.131
	<u>330.891</u>	<u>228.030</u>	<u>195.471</u>	<u>111.018</u>	<u>875.473</u>
<b>31 de dezembro de 2012</b>					
Fornecedores	99.826	134.316	98.155	-	332.297
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	136.699	225.474	27.759	84.300	474.232
Instrumentos financeiros derivativos	2.697	4.768	-	-	7.465
Partes relacionadas	-	19.076	-	-	19.076
	<u>239.222</u>	<u>383.634</u>	<u>125.914</u>	<u>84.300</u>	<u>833.070</u>
Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
<b>30 de setembro de 2013</b>					
Fornecedores	198.825	119.577	114.999	16	433.417
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	155.686	68.192	100.424	111.001	445.366
Instrumentos financeiros derivativos	6.873	4.134	3.975	1	14.983
Partes relacionadas	-	965	-	-	965
	<u>361.384</u>	<u>192.868</u>	<u>219.398</u>	<u>111.018</u>	<u>894.731</u>
<b>31 de dezembro de 2012</b>					
Fornecedores	130.901	146.474	107.038	-	384.413
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	136.699	238.579	27.759	84.300	487.337
Instrumentos financeiros derivativos	2.697	4.768	-	-	7.465
Partes relacionadas	-	998	-	-	998
	<u>270.297</u>	<u>390.819</u>	<u>134.797</u>	<u>84.300</u>	<u>880.213</u>

## Ativos financeiros

Controladora (BR GAAP)				
Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	Total
% do CDI	R\$	R\$	R\$	R\$
<b>30 de setembro de 2013</b>				
Caixa e bancos	17.627	-	-	17.627
Aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas	144.817	-	-	144.817
Contas a receber de clientes	164.258	185.717	15.054	365.029
Partes relacionadas	-	-	54.926	54.926
	<u>326.702</u>	<u>185.717</u>	<u>69.980</u>	<u>582.399</u>
<b>31 de dezembro de 2012</b>				
Caixa e bancos	26.815	-	-	26.815
Aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas	79.897	-	-	79.897
Contas a receber de clientes	252.099	240.882	2.883	495.864
Partes relacionadas	-	-	23.174	23.174
	<u>358.811</u>	<u>240.882</u>	<u>26.057</u>	<u>625.750</u>
Consolidado (IFRS e BR GAAP)				
Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	Total
% do CDI	R\$	R\$	R\$	R\$
<b>30 de setembro de 2013</b>				
Caixa e bancos	22.824	-	-	22.824
Aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas	144.817	-	-	144.817
Contas a receber de clientes	174.287	210.585	15.220	400.092
Partes relacionadas	-	-	29.028	29.028
	<u>341.928</u>	<u>210.585</u>	<u>44.248</u>	<u>596.761</u>
<b>31 de dezembro de 2012</b>				
Caixa e bancos	30.150	-	-	30.150
Aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas	79.898	-	-	79.898
Contas a receber de clientes	291.153	270.823	3.089	565.065
Partes relacionadas	-	-	9.106	9.106
	<u>401.201</u>	<u>270.823</u>	<u>12.195</u>	<u>684.219</u>

### (d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do período. As variáveis de riscos relevantes para a Companhia no exercício, levando em consideração o período projetado de até 12 meses para essa avaliação são sua exposição à flutuação de moeda estrangeira, substancialmente o dólar norte-americano, e sua exposição à flutuação nas taxas de juros. A administração entende que o cenário provável reflete a expectativa de cotação do dólar norte-americano do BACEN – Banco Central do Brasil no período findo em 30 de setembro de 2013. Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.



Consolidado (IFRS e BR GAAP)										
	Saldos patrimoniais				Risco	Fechamento	Provável	25%	50%	Cenários -50%
	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012	30 de setembro de 2013	31 de dezembro de 2012						
	Passivo	Passivo	Nocional	Nocional						
Instrumentos financeiros derivativos										
Swaps de taxa de juros - mantidos para negociação										
US\$ para R\$ (CDI)	-	-	119.013	175.141			12.228	15.285	18.342	9.171
Empréstimos					Varição do CDI					
Em US\$	(284.716)	(357.901)	(119.013)	(175.141)						
<b>Exposição líquida</b>	<b>(284.716)</b>	<b>(357.901)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>			<b>12.228</b>	<b>15.285</b>	<b>18.342</b>	<b>9.171</b>
Instrumentos financeiros derivativos										
Contratos de câmbio a termo - mantidos para negociação						2.230	2.270	2.838	3.405	1.703
R\$ para US\$ - NDF's e Opções	-	-	265.289	28.800			10.612	150.552	301.103	(150.552)
Outros passivos financeiros					Varição do US\$					
Fornecedores moeda estrangeira										
US\$ para R\$	(390.074)	(339.719)	(174.921)	(166.244)			(6.997)	(99.268)	(198.535)	99.268
<b>Exposição líquida 1</b>	<b>(390.074)</b>	<b>(339.719)</b>	<b>90.368</b>	<b>(137.444)</b>			<b>3.615</b>	<b>51.284</b>	<b>102.568</b>	<b>(51.284)</b>
Fornecedores moeda estrangeira - projetos de governo										
US\$ para R\$	-	-	(113.742)	(202.872)			(4.550)	(64.549)	(129.097)	64.549
<b>Exposição líquida 2</b>	<b>(390.074)</b>	<b>(339.719)</b>	<b>(23.374)</b>	<b>(340.316)</b>			<b>(935)</b>	<b>(13.265)</b>	<b>(26.529)</b>	<b>13.265</b>
<b>Impacto no resultado (Efeito apropriado ao resultado nos contratos de NDF's e Opções)</b>							<b>(8.443)</b>	<b>11.293</b>	<b>2.020</b>	<b>(8.187)</b>
									<b>22.436</b>	<b>32.643</b>

## 29.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado utilizando preços cotados. Quando esses preços não estão disponíveis, é usada a análise do fluxo de caixa descontado por meio da curva de rendimento, aplicável com a duração dos instrumentos para os derivativos sem opções. Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos. Os "*swaps*" são mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados com base nas curvas de rendimento aplicáveis, baseadas na cotação das taxas de juros.

Para os instrumentos financeiros derivativos da Companhia (contratos futuros de moeda e *swaps* de troca de variação cambial por taxas de juros) são utilizadas mensurações de valor justo de Nível 2, por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

## 30 Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis
<b>30 de setembro de 2013</b>				
<b>Ativos, conforme o balanço patrimonial</b>				
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	-	399.826	-	435.021
Partes relacionadas	-	54.926	-	29.028
Caixa e equivalentes de caixa	-	162.444	-	167.641
	<b>-</b>	<b>617.196</b>	<b>-</b>	<b>631.690</b>
<b>31 de dezembro de 2012</b>				
<b>Ativos, conforme o balanço patrimonial</b>				
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	-	533.759	-	562.240
Partes relacionadas	-	23.174	-	9.106
Caixa e equivalentes de caixa	-	106.712	-	110.048
	<b>-</b>	<b>663.645</b>	<b>-</b>	<b>681.394</b>

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Passivos ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros
<b>30 de setembro de 2013</b>				
<b>Passivos, conforme o balanço patrimonial</b>				
Instrumentos financeiros derivativos	14.052	-	14.983	-
Empréstimos	-	428.022	-	326.776
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	-	384.202	-	440.790
Partes relacionadas	-	60.131	-	965
	<b>14.052</b>	<b>872.355</b>	<b>14.983</b>	<b>768.531</b>
<b>31 de dezembro de 2012</b>				
<b>Passivos, conforme o balanço patrimonial</b>				
Instrumentos financeiros derivativos	7.465	-	7.465	-
Empréstimos	-	459.671	-	477.048
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	-	339.646	-	391.618
Partes relacionadas	-	19.076	-	998
	<b>7.465</b>	<b>818.393</b>	<b>7.465</b>	<b>869.664</b>

### 31 Instrumentos financeiros derivativos

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	Nocional (USD)		30/9/2013	31/12/2012
	30/9/2013	31/12/2012	Passivo circulante	Passivo circulante
Termo de moeda (NDF)	186.293	28.800	2.755	-
Opções de dólar	78.996	-	-	-
Swap de taxas de juros	119.013	166.594	12.228	7.465
	<b>384.302</b>	<b>195.394</b>	<b>14.983</b>	<b>7.465</b>

A Companhia opera com instrumentos financeiros exclusivamente para proteger certas exposições a risco, não tendo, portanto, caráter especulativo.

#### (a) Contratos de câmbio a termo

Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições passivas, da moeda dólar, decorrentes do exposto total (fluxo de caixa), até 30 de setembro de 2013, a Companhia contratou operações de "compra" de moeda a termo (NDF - Non Deliverable Forward), em dólares, nos seguintes montantes e condições:

Data da Contratação	Data de vencimento	ContraParte	Valor lastreado USD mil	Cotação alvo média
De 18/09 a 30/09	De 01/10/13 a 13/06/14	PINE	50.700	2,2560
De 15/07 a 20/09	De 01/10/13 a 27/06/14	BRADESCO	47.585	2,3347
De 03/09 a 30/09	De 01/10/13 a 28/01/14	BTG	44.300	2,3458
De 11/07 a 23/09	De 01/10/13 a 28/03/14	SANTANDER	31.990	2,3441
De 11/07 a 27/08	De 01/10/13 a 22/04/14	VOTORANTIM	11.718	2,3612
			<b>186.293</b>	<b>2,3192</b>

Em 30 de setembro de 2013 a Companhia reconheceu R\$ 4.576 de perda no resultado do exercício referente aos contratos liquidados e em aberto no período (30 de setembro de 2012 – perda de R\$ 3.562).

#### (b) Swap de taxas de juros - CDI x US\$

Os "swaps" de taxa de juros são liquidados conforme o seu vencimento estipulado no contrato. A taxa de juros dos "swaps" corresponde à taxa de certificado de depósito interbancário. Em 30 de setembro de 2013 a taxa média contratada do CDI foi de 102,94% (em 31 de dezembro 2012, 100,66%). O valor nocional em aberto em 30 de setembro de 2013 era de US\$ 119.013. A Companhia irá liquidar os contratos pelo valor líquido da diferença entre as taxas de juros e a variação cambial.

Todos os contratos de "swaps" que trocaram variação cambial por taxa de juros foram contratados para reduzir a exposição do fluxo de caixa da Companhia resultante da variação cambial dos empréstimos. Os

pagamentos dos contratos de "swaps" e dos juros dos empréstimos ocorrem simultaneamente e o valor é reconhecido no resultado do período.

**(c) Contratos de opções de compra de dólar**

Também com o objetivo de proteger as transações em moeda estrangeira com fornecedores do exterior frente à volatilidade do dólar norte-americano, a Companhia contratou opções de compra de dólar. O valor nocional em aberto em 30 de setembro de 2013 era de US\$ 78.996. Os contratos serão liquidados nas suas datas de vencimento, nos seguintes montantes e condições:

<b>Data da Contratação</b>	<b>Data de vencimento</b>	<b>Contra Parte</b>	<b>Valor lastreado USD mil</b>	<b>Cotação alvo média</b>
De 15/07 a 19/09	De 01/11/13 a 22/04/14	VOTORANTIM	34.580	2,3690
De 11/07 a 19/09	De 01/11/13 a 22/04/14	SANTANDER	21.934	2,3433
De 11/07 a 13/09	De 01/11/13 a 22/04/14	BRADESCO	20.133	2,3593
09/set/13	De 08/11/13 a 27/12/13	BTG	2.350	2,3217
			<u>78.996</u>	<u>2,3580</u>

A perda reconhecida no período findo em 30 de setembro é de R\$ 3.867. Os cálculos a valor justo em 30 de setembro de 2013 apuraram um valor irrelevante de perda, razão pelo qual o valor não foi contabilizado e não está demonstrado na tabela da Nota 31.

## **32 Plano de opção de compra de ações**

Em 03 de novembro de 2006, os acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram as condições gerais do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano"), detalhadas a seguir.

Estabeleceu-se no Plano que poderão ser beneficiários do Plano os administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia ("Beneficiários"). Ainda, foi determinado que as opções outorgadas não excederão o percentual de 2% (dois por cento) do total de ações do capital da Companhia existentes na data de sua concessão, acrescidas das ações existentes caso todas as opções concedidas nos termos do Plano houvessem sido exercidas. Uma vez exercida a opção pelo Beneficiário, as ações correspondentes são objeto de emissão por meio de aumento do capital da Companhia. Também podem ser oferecidas opções de compra de ações existentes em tesouraria.

O plano deve ser administrado pelo Conselho de Administração ou, por opção deste último, por um Comitê composto por 3 membros, sendo pelo menos um deles necessariamente membro (titular ou suplente) do Conselho de Administração. O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, terá amplos poderes, respeitados os termos do Plano e, no caso do Comitê, as diretrizes do Conselho de Administração da Companhia para a organização e administração do Plano e das outorgas de opções, podendo, inclusive, a qualquer tempo, (i) alterar ou extinguir o Plano; (ii) estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos; (iii) prorrogar, mas nunca antecipar, o prazo final para o exercício das opções vigentes; e (iv) antecipar o prazo de carência para o exercício das opções vigentes.

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, pode criar, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Programas"), onde serão definidos: (i) os beneficiários, (ii) o número total de ações da Companhia objeto de outorga; (iii) o preço de aquisição; (iv) o prazo inicial de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida; (v) os prazos e as datas limite para o exercício da opção, bem como as datas em que os direitos decorrentes da opção expirarão, observadas as hipóteses previstas no Plano; (vi) eventuais restrições às ações recebidas pelo exercício da opção; e (vii) disposições sobre penalidades.

Em 16 de agosto de 2007, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o primeiro Programa ("Programa I"), posteriormente em 12 de agosto de 2008, o Conselho de Administração aprovou o segundo Programa ("Programa II"). Em ambos os Programas não existem opções em aberto, de forma

que os Programas estão, consequentemente, encerrados.

Em consonância com a estratégia da Companhia, participaram atualmente dos referidos Programas os diretores estatutários, diretores não estatutários, gerentes e alguns colaboradores cuja retenção no longo prazo a Administração entende ser relevante para a Companhia. A Companhia concedeu a estes Beneficiários a opção de compra de uma quantidade pré-determinada de ações ordinárias de sua emissão. Esta opção é dividida em três lotes, cada qual equivalente à terça parte da totalidade das opções outorgadas. Ressalta-se que não foram outorgadas opções ao Diretor Presidente, que é membro do Conselho de Administração e um dos acionistas controladores.

Quando outorgadas opções no âmbito do Plano, cada Beneficiário deve celebrar com a Companhia um Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações, o qual contém as condições específicas e individuais de cada outorga, como a quantidade de ações que o Beneficiário tem direito de adquirir com o exercício da opção, o preço de exercício e o prazo no qual as opções podem ser exercidas.

Conforme descrito acima, atualmente a Companhia não possui Programas em aberto. Entretanto, o Conselho de Administração poderá aprovar novas outorgas de opções de compra de ações, de acordo com as condições gerais aprovadas pela assembleia geral de acionistas de 03 de novembro de 2006.

\*\*\*